

Sumário

Número de notícias: 37 | Número de veículos: 26

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

A alarmante escalada do déficit da Previdência (Editorial) 4

O ESTADO DE S. PAULO - CULTURA E COMPORTAMENTO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

O ranking dos políticos mais ricos 5

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Elaboração do Orçamento 2025 está atrasada 8

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Carf mantém multa a empresário por planejamento tributário abusivo via fundos de investimento 9

O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Servidores federais podem pedir revisão de reajuste 11

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Gasto com previdência de militar somará R\$ 856 bi 12

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Equipe econômica estuda isentar fundos de previdência fechados 14

O DIA - RIO DE JANEIRO - RJ - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Veja os pagamentos do inss em julho - FALANDO DE APOSENTADOS 15

O DIA - RIO DE JANEIRO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

INSS abre 1.440 vagas para requerer o BPC 16

O ESTADO - FORTALEZA - CE - NACIONAL
SEGURIDADE SOCIAL

Servidores do INSS ameaçam paralisação nesta quarta-feira 17

O ESTADO - FORTALEZA - CE - ÚLTIMAS
SEGURIDADE SOCIAL

Lula discute gastos e alta do dólar com ministros 18

O ESTADO - FORTALEZA - CE - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Servidores do INSS ameaçam paralisar atividades hoje 19

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Gasto com previdência de militares somará R\$ 856 bilhões nas próximas décadas, diz relatório do Tesouro 20

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
SERVIDOR PÚBLICO

A nova agenda 30 anos depois do Plano Real (Editorial)	22
VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA SERVIDOR PÚBLICO	
Carazza estuda a "casta" dos privilegiados	24
ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Haddad nega reduzir IOF cambial para segurar dólar	25
O GLOBO - RJ - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
De olho na selic	27
O GLOBO - RJ - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Dívida dos estados: nova proposta é abater gasto com segurança	29
VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA RECEITA FEDERAL DO BRASIL	
Lula defende inclusão de carnes na cesta desonerada	30
A TARDE - SALVADOR - BA - POLÍTICA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Haddad nega possibilidade de baixar IOF para conter alta	31
A TARDE - SALVADOR - BA - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
"Precisamos colocar a carne na cesta básica", diz Lula	32
CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - POLÍTICA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Haddad se diz otimista com regulamentação	33
FOLHA DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Reforma Tributária deve ser concluída antes do recesso	34
O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Governo quer evitar que isenção para carnes aumente imposto	35
FOLHA ONLINE - SP REFORMA TRIBUTÁRIA	
Construção civil deve ampliar isenção para até 50% na reforma tributária após reclamações (Reforma tributária)	37
FOLHA ONLINE - SP REFORMA TRIBUTÁRIA	
Tributar exportação de minério com Imposto Seletivo é inconstitucional, diz Ibram (Reforma tributária)	38
O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Carne terá imposto zero na Reforma Tributária? Veja o que esperar hoje de relatório do grupo de trabalho na Câmara	39
CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA REFORMA TRIBUTÁRIA	

Lsenção para carne na cesta básica "está sendo discutida"	41
O GLOBO - RJ - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Lula defende que carne do "dia a dia" tenha alíquota zero	42
CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA ECONOMIA	
Lula sobre dólar: "Tenho de fazer alguma coisa"	43
CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO ECONOMIA	
Sem Plano Real, Brasil atual não existiria (Artigo)	45
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Tebet diz que indicará opções de corte "inteligentes"	47
O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA	
Indicador de risco Brasil acumula alta de 30% em 2024	48
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA	
Dólar vai a R\$ 5,70, mas mercado não espera intervenção do BC	50
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA	
Ibovespa se descola parcialmente de ativos locais	52
CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - POLÍTICA ECONOMIA	
Dólar segue em escalada e fecha a R\$ 5,66	53
O ESTADO - FORTALEZA - CE - OPINIÃO ECONOMIA	
Real: 30 anos do plano que transformou o Brasil (Artigo)	54

A alarmante escalada do déficit da Previdência (Editorial)

A receita da **Seguridade Social** no ano passado atingiu R\$ 1,179 trilhão, o suficiente para cobrir apenas 73,3% da despesa total de R\$ 1,6 trilhão do sistema de previdência e assistência social. O déficit de R\$ 429 bilhões em 2023, revelado em estudo de pesquisadores do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), com dados coletados da **Receita Federal**, mostra que é urgente repensar o sistema previdenciário. Ainda que em 2019 a Previdência tenha passado por sua mais ampla reformulação desde a Constituição de 1988, os números comprovam que não foi o bastante para garantir o financiamento futuro.

Os pesquisadores Rogério Nagamine Constanzi e Graziela Ansiliero, autores do trabalho que buscou estimar alíquotas capazes de custear a **Previdência Social**, recorreram à base de dados de órgãos do governo, pesquisas estatísticas e estudos de especialistas para concluir que a perspectiva - caso permaneça a situação atual - é que o déficit cresça ao longo do tempo, acompanhando o rápido envelhecimento da população.

O novo trabalho do Ipea corrobora, com precisão técnica inquestionável, a necessidade de um novo e profundo debate sobre a questão previdenciária.

Há pouco mais de quatro anos, mudanças fundamentais para a manutenção do sistema, como a extinção da aposentadoria por tempo de contribuição, representaram avanço importante, mas não solucionaram os problemas de financiamento.

Faz-se necessário, no atual contexto de discussão da **reforma tributária**, retomar um debate profundo para garantir a solvência previdenciária nas próximas décadas.

Lembrando que, num sistema previdenciário contributivo a receita é vinculada ao financiamento da despesa, Nagamini e Ansiliero chamaram a atenção para o fato de que o rombo do ano passado ocorreu, apesar do efeito do mecanismo de Desvinculação de Receitas da União (DRU), que permite ao governo federal usar livremente 30% de todos os **tributos** federais vinculados por lei a fundos ou despesas, o que incluía (supostos) excedentes de receitas vinculadas à **seguridade social**.

O acompanhamento dos economistas mostrou que, ao longo de 15 anos, a relação entre receita e despesa se deteriorou de forma consistente. Em 2008, as receitas representavam 111,8% das despesas assistenciais e de Previdência; em 2013, a arrecadação ainda era mais do que suficiente para os gastos, representando 102,8%, mas, daí para a frente, os déficits se sucederam até chegar aos pouco mais de 73% em 2023.

O estudo também apresenta dados restritos do regime previdenciário dos trabalhadores privados vinculados ao Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), e os resultados são ainda mais alarmantes: em 2000, a receita cobriu 84,7% da despesa total; em 2023, a arrecadação foi suficiente para custear apenas 65,9% do dispêndio. A receita do Regime Geral de **Previdência Social** (RGPS) correspondeu a 5,5% do **PIB** no ano passado, exatamente a mesma proporção de 2009. Já a despesa, que era de 6,7% do **PIB** em 2009, aumentou para 8,3% em 2023.

Diante de números que revelam tamanha insustentabilidade do regime previdenciário, ações como a criação de uma força-tarefa do **INSS** para realizar 800 mil perícias e verificar se foram corretamente concedidos os benefícios por incapacidade e as aposentadorias a idosos de baixa renda e pessoas com deficiência, como anunciou o presidente do instituto, Alessandro Stefanutto, ao Estadão, assumem um caráter meramente paliativo. Embora a revisão periódica de benefícios seja uma medida importante para evitar fraudes e gastos desnecessários, a questão previdência é mais profunda e exige ação imediata.

Os pesquisadores do Ipea destacam, além da intensa mudança demográfica, transformações do mercado de trabalho, que criaram desequilíbrios adicionais na cobertura previdenciária, como o crescimento vertiginoso de Microempreendedores Individuais (MEIs), com tratamento subsidiado, e o aumento da informalidade. As alíquotas de contribuição propostas por eles são invariavelmente altas, ao redor dos 30%. Em tempos de debate sobre desoneração da folha de pagamentos, é uma discussão necessária.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

O ranking dos políticos mais ricos

KARINA FERREIRA

Filiados a diversos partidos, os dez políticos mais ricos do Brasil, juntos, detêm uma fortuna de quase R\$ 5 bilhões, segundo valores informados pelos próprios ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). No topo da lista está o único bilionário do grupo. A fortuna de R\$ 1,2 bilhão, entretanto, não foi suficiente para que Marcos Ermírio de Moraes (PSDB-GO) se elegeisse como segundo suplente ao Senado, em 2022, na chapa com Marconi Perillo, ex-governador de Goiás e hoje presidente nacional do PSDB.

O mesmo ocorreu com outros dois políticos do ranking.

Paulo Octávio Alves Pereira (PSD-DF) e Luiz Osvaldo Pastore (MDB-DF) também não alcançaram votos para garantir a eleição nos cargos que almejavam, o governo do Distrito Federal e a primeira suplência do Senado.

O levantamento do Estadão considerou os políticos que tiveram suas candidaturas deferidas nas eleições de 2020 e 2022. Oito dos dez políticos dizem ser brancos, enquanto dois se declararam pardos.

Seis deles são empresários, e seis possuem nível de instrução até o ensino médio; os outros quatro têm ensino superior.

Metade da lista não foi eleita. Os dez são homens.

Além de Marcos Ermírio de Moraes, a lista inicial contava com outros cinco bilionários.

Uma consulta à relação de bens declarados pelos políticos, no entanto, deixou evidente que se tratou de erro de digitação dos postulantes, uma vez que apartamentos e carros de padrão popular, por exemplo, foram declarados com valores acima de centenas de milhões de reais.

Entre os casos, está o de um vereador eleito suplente em Andará, cidade de 20 mil habitantes no norte do Paraná, que declarou um Fusca da Volkswagen de 1975 de R\$ 3 milhões e uma casa de R\$ 300 milhões. O endereço informado pelo candidato, contudo, mostra uma casa simples em uma rua de moradias populares.

Os políticos são obrigados desde 2006 a declarar o patrimônio que informam à **Receita Federal** também ao TSE, caso queiram se candidatar a um cargo

eletivo. Herdeiro do grupo Votorantim, uma das maiores empresas do Brasil, Marcos Ermírio Moraes se filiou ao PSDB em maio de 2022, pouco antes de se candidatar ao pleito daquele ano para o cargo de segundo suplente ao Senado de Goiás, em sua estreia na vida política. Praticante de esportes radicais, por mais de 20 anos organizou o Rally dos Sertões, competição anual que dura dez dias e é uma das maiores do mundo.

AERONAVES. Entre os bens do empresário, estão cinco apartamentos que, somados, valem R\$ 7 milhões, além de mais de R\$ 10 milhões em rebanho bovino, duas aeronaves e 11 veículos, entre caminhonetes, motorhome e jet-skis.

Seu avô, José Ermírio, fundador da multinacional da família, deu passos mais largos do que o neto na política. Além de eleito senador por Pernambuco em 1963, José Ermírio foi nomeado ministro da Agricultura no mesmo ano. Já a chapa do neto recebeu 626.662 votos e não se elegeu em 2022.

Empresário da construção civil, com formação em Direito, Paulo Octávio Alves Pereira aparece no segundo lugar da lista, com uma fortuna declarada de R\$ 618,9 milhões. O político foi eleito duas vezes deputado federal pelo Distrito Federal, em 1990 e 1998, senador em 2002 e vice-governador nas eleições de 2006.

EM TERCEIRO. A estreia na disputa pelo cargo de governador, entretanto, correu mal.

Concorrendo ao Palácio do Buriti pelo Partido Social Democrata em 2022, Paulo Octávio terminou a corrida eleitoral em terceiro lugar, com 123.715 votos, o equivalente a 7,48% do eleitorado.

Casado com Anna Christina Kubitschek, neta do ex-presidente da República Juscelino Kubitschek, Paulo Octávio chegou a assumir interinamente o governo do DF, em 2010, mas, depois de uma série de pedidos de impeachment, renunciou ao cargo e se desfiliou do DEM. O partido enfrentava denúncias no caso que ficou conhecido como "mensalão do DEM". Acusado de formação de quadrilha, corrupção ativa e passiva e lavagem de dinheiro, Paulo Octávio foi absolvido pelo júri por falta de provas, em setembro de 2023.

Ao TSE, o empresário não declarou nenhum imóvel ou veículo, mas produtos financeiros como ações, cotas de capital e aplicações. Anteriormente, em 2006, a

lista de bens declarados somava R\$ 323 milhões, um pouco mais da metade do patrimônio informado na última eleição.

Formando chapa com Flávia Arruda (PL), ex-ministra da Secretaria de Governo da Presidência durante o governo de Jair Bolsonaro (PL), Luiz Osvaldo Pastore (MDB) não conseguiu a vaga de primeiro suplente ao Senado pelo Distrito Federal em 2022.

EVOLUÇÃO. Ele já ocupava esse posto na Casa desde 2014, mas em outra chapa e por outro Estado.

Pastore foi eleito com Rose de Freitas (MDB), em 2014, pelo Espírito Santo. Ele assumiu o lugar da parlamentar entre 2019 e 2020 e em 2022, ocasiões em que ela se licenciou do cargo. Antes, o empresário também havia sido suplente de Gerson Camata entre 1995 e 2002. A fortuna declarada por Pastore para concorrer nas últimas eleições foi de R\$ 453,6 milhões. Comparado ao montante que o político afirmou ter à Justiça Eleitoral anteriormente, de pouco mais de R\$ 19,8 milhões, em 2014, a evolução patrimonial foi de 2.188% em oito anos.

O empresário também já concorreu a um pleito na Itália, onde disputou uma vaga no Senado pelo partido de extrema direita Liga Norte, em 2018; e tentou concorrer à diretoria do Palmeiras, em 2021.

As duas tentativas, no entanto, foram frustradas.

O empresário Ailson Souto da Trindade (PP), com patrimônio declarado de R\$ 448,4 milhões, concorreu a deputado estadual pelo Pará em 2022, mas conseguiu somente a suplência na Casa. Em 2012, quando disputou a vaga de vereador na cidade natal, Porto de Moz (PA), Trindade, na época filiado ao PPS, declarou apenas dois bens: um terreno no valor de R\$ 10 mil e uma motocicleta de R\$ 5 mil. Dez anos depois, o patrimônio aumentou quase 30 mil vezes.

Questionado pelo Estadão, ele não explicou o enriquecimento.

Apenas afirmou que está articulando uma candidatura ao Senado em 2026, pelo Pará.

Ao site UOL, em 2022, a assessoria de imprensa do então candidato disse que Trindade mudou "completamente o seu ramo de atuação", da área de eletrônicos para o setor imobiliário, o que explicaria a origem da fortuna.

JOIAS. Na atual lista de bens declarados estão R\$ 39 milhões em moeda estrangeira, mais de R\$ 9 milhões em joias e quadros e um terreno especificado como "plantação de soja", no valor de R\$ 390 milhões. O

nome de Trindade apareceu no caso do "gabinete paralelo" do Ministério da Educação (MEC), revelado pelo Estadão em 2022. O empresário afirmou, na época, que recebeu sinal verde do então ministro da Educação do governo Bolsonaro, Milton Ribeiro, para negociar propina com os pastores Gilmar dos Santos e Arilton Moura, integrantes do "gabinete paralelo". O caso segue sob investigação pela Polícia Federal.

Antídio Aleixo Lunelli (MDB-SC), empresário da indústria têxtil, declarou um patrimônio de R\$ 390 milhões.

Ele concorreu ao cargo na Assembleia catarinense e foi eleito como o terceiro deputado estadual mais votado. Antes prefeito de Jaraguá do Sul (SC) por dois mandatos (2016 e 2020), o emedebista renunciou ao cargo para, inicialmente, se lançar como pré-candidato ao governo do Estado. Não obtendo vitória na convenção do partido, candidatou-se a deputado estadual.

AUMENTO. A fortuna declarada pelo empresário se concentra em ativos financeiros. O nome dele aparece ligado a pelo menos 17 CNPJs, como sócio, diretor ou representante legal. Entre o pleito de 2020 e o de 2022, o patrimônio de Lunelli aumentou em R\$ 39 milhões.

Em 2016, a fortuna era de R\$ 280 milhões. Por meio de assessoria, o deputado disse que não tem intenção de concorrer nas eleições municipais deste ano, permanecendo na Assembleia Legislativa de SC. Já no pleito de 2026, o político estuda concorrer a uma vaga no Senado ou ao governo do Estado.

Ainda no ranking dos mais ricos está Otaviano Olavo Pivetta (Republicanos): R\$ 378,9 milhões foi o valor declarado à Justiça Eleitoral em 2022, quando foi reeleito vice-governador de Mato Grosso. Antes, tinha sido também vice-governador e, em 2012, foi eleito prefeito da cidade de Lucas do Rio Verde pelo PDT. Na lista de 49 bens declarados pelo produtor agropecuário estão terrenos, imóveis, automóveis e a maior parte em ativos financeiros.

Dez anos antes, em 2012, o valor declarado à Justiça foi de R\$ 321 milhões.

Dono de uma empresa de calçados no Rio Grande do Sul, Roberto Argenta (PSC) declarou bens no valor de R\$ 372,9 milhões. Em 2022, se candidatou ao governo de seu Estado, mas não conseguiu se eleger.

Com 126.899 votos, ficou em 4.º lugar. Antes, em 1988, quando estreou na política, foi prefeito de Igrejinha, município gaúcho hoje com 37 mil habitantes.

Entre os bens do empresário, a maior parte do dinheiro está em participação societária em empresas, somando R\$ 121 milhões em crédito e R\$ 178 milhões em cotas.

Duas vezes eleito prefeito de Betim (MG), o empresário Vittorio Medioli (PSD) tem mais de 30 empresas e é fundador e presidente do grupo Sada, que atua nos setores de transporte de cargas, logística, biocombustíveis e jornais. Declarou ao TSE ter um patrimônio de R\$ 351,7 milhões, que inclui três casas e cinco terrenos Medioli atua também no esporte.

Entre 2019 e 2020, o empresário chegou a ser CEO do futebol do Cruzeiro. Houve tentativa de se lançar ao governo do Estado em 2022, mas, ao perceber que não contaria com o apoio completo da legenda, Medioli desistiu.

Na lista de milionários consta ainda o rondoniense João Gonçalves Filho (PSDB), com patrimônio de R\$ 351,6 milhões.

Dono de frigoríficos e de empresas de setor alimentício, tentou se eleger segundo suplente da candidata ao Senado Mariana Carvalho (Republicanos) em 2022, mas a chapa não foi eleita.

'TERRA NUA'. O bem declarado que mais se repete na lista de 70 bens do político é descrito como "terra nua". São 42 terrenos, totalizando mais de R\$ 7 milhões. A maior parte da fortuna, R\$ 314,4 milhões, está em ações nas empresas da família.

Ligado a pelo menos nove empresas, Teobaldo Luís da Costa (DEM) é último na lista dos dez mais ricos, com patrimônio de R\$ 341,3 milhões. Ele tentou ser prefeito de Lauro de Freitas (BA) em seu primeiro e único pleito, em 2020, mas não conseguiu se eleger.

O empresário é dono da rede Atakadão Atakarejo. Costa diz possuir apenas R\$ 1 na conta bancária. Já em cotas de capitais das empresas da família são R\$ 231 milhões. Não há casas, apartamentos e terrenos declarados pelo político, apenas um veículo da marca Land Rover de R\$ 216 mil.

O bilionário Empresário Marcos Ermírio de Moraes (PSDB-GO) apresentou à Justiça Eleitoral R\$ 1,2 bilhão em bens

Perfil Todos os políticos da lista são homens; oito dizem ser brancos e dois, pardos. Seis são empresários

Valores

R\$ 5 bilhões é o valor aproximado da fortuna que os dez políticos mais ricos do Brasil detêm, juntos, segundo declaração à Justiça Eleitoral

R\$ 390 mi foi o valor declarado de um terreno especificado como 'plantação de soja' pelo quarto político mais rico da lista

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Elaboração do Orçamento 2025 está atrasada

Lu Aiko Otta, Jéssica Sant'Ana e Guilherme Pimenta De Brasília

O governo está atrasado com o processo de elaboração do Orçamento de 2025. A Secretaria de Orçamento Federal (SOF) deveria ter enviado até o dia 28 de junho os referenciais monetários que os ministérios terão para gastar no ano que vem, mas até terça-feira as pastas ainda não haviam recebido os números, segundo relatos colhidos pelo Valor com diferentes ministros e secretários-executivos.

É a partir desse referencial monetário que os ministérios sabem qual é o valor disponível para as despesas discricionárias, ou seja, custeio da máquina pública e investimento. Depois, as pastas verificam se os valores previstos atendem as demandas ou se há insuficiência. Nesse último caso, abre-se uma negociação com o Ministério do Planejamento e Orçamento para possível aumento desse limite. A decisão também passa pela Junta de Execução Orçamentária (JEO), formada pela Casa Civil, Planejamento, Fazenda e Gestão.

O atraso, segundo uma fonte, dá-se devido a dificuldades em se projetar receitas para o próximo ano, em especial as medidas extras de arrecadação que serão necessárias para buscar o déficit zero também em 2025. Por exemplo, até o momento, o governo ainda não sabe quanto arrecadará no ano que vem com o retorno do voto de qualidade no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**. Há, ainda, dificuldades em fazer outras projeções.

A previsão inicial da equipe econômica era de uma necessidade de R\$ 50 bilhões em receitas extras, partindo da base de 2024, para conseguir entregar no dia 31 de agosto um orçamento com receitas e despesas equilibradas. Por isso, muitas das medidas adotadas neste ano vão continuar previstas para o próximo. Também há a possibilidade de adoção de novas ações.

Em nota enviada ao Valor, o Ministério do Planejamento e Orçamento confirmou o atraso, mas afirmou que os prazos previstos na portaria SOF n-114, de 26 de abril de 2024, podem ser alterados de ofício. É essa a portaria que traz as datas com os marcos para a elaboração do Orçamento.

"Esclarecemos que algumas diretrizes de elaboração do Ploa-2025 encontram-se em estágio de validação superior, o que levou à necessidade de postergação

da divulgação dos referenciais monetários dos órgãos do Poder Executivo, bem como da captação de suas propostas orçamentárias. Destacamos que os órgãos serão informados em breve a respeito do novo cronograma", disse a pasta comandada por Simone Tebet.

Outro desafio na elaboração da proposta orçamentária de 2025 é a questão dos gastos. O governo ainda discute internamente o cardápio de medidas que poderão ser implementadas. Na terça-feira (2), o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que apresentaria nesta quarta-feira ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva propostas para garantir o cumprimento do arcabouço fiscal até 2026.

A equipe econômica vem sendo cobrada pelo mercado financeiro e por especialistas para dar andamento à agenda de corte de gastos, algo que ainda não aconteceu neste governo. O principal entrave, contudo, é Lula e a ala política, que já descartaram mexer nos pisos de saúde e educação e nas vinculações de aposentadorias à política de valorização do salário mínimo, rubricas que têm colocado em xeque a manutenção do arcabouço a partir de 2027.

Em relação à elaboração do Orçamento em si, Haddad disse na segunda-feira que o processo está começando com um "bom prognóstico" em relação ao "equilíbrio das receitas e despesas". Ele, porém, não deu mais detalhes.

O Valor apurou que já há uma apreensão entre secretários-executivos de alguns ministérios em relação ao referencial monetário para 2025. Eles temem que nem todas as políticas públicas planejadas caibam dentro dos limites orçamentários. O Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa) de 2025 precisa ser enviado até o dia 31 de agosto ao Congresso Nacional.

Planejamento confirma atraso, mas diz que prazos podem ser alterados de ofício

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187918?page=1§ion=1>

Carf mantém multa a empresário por planejamento tributário abusivo via fundos de investimento

Marcela Villar De São Paulo

Uma decisão recente do Conselho de Administração de Recursos Fiscais (**Carf**) mantém multa aplicada ao empresário Eduardo de Souza Ramos, sócio da HPE Automotores, representante oficial da Mitsubishi Motors e Suzuki no Brasil, por planejamento tributário abusivo. Por unanimidade, os conselheiros entenderam que a interposição de fundos de investimento foram simuladas, com único intuito de usufruir de benefício fiscal. O valor da multa não está público.

O Fisco desconsiderou a estrutura tanto de um fundo multi-mercado exclusivo quanto a de um fundo de investimento imobiliário (FII) e tributou Ramos pelo Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF) - que tem alíquota de 27,5%, quase o dobro dos 15% que seriam aplicados se a pessoa jurídica fosse considerada. A 1ª Turma Ordinária da 3ª Câmara da 2ª Seção de Julgamento ainda aplicou multa qualificada de 100% como punição.

Publicado no dia 3 de junho, o acórdão incomodou tributaristas. Segundo eles, o entendimento contraria a previsão legal específica para FIIs, que isenta de tributação o rendimento com aluguéis para pessoa física. O caso ainda destoa de uma decisão do Supremo Tribunal Federal (ADI 2446) e recentes entendimentos do **Carf** favoráveis ao Itaú Unibanco (processo nº 16327.720206/2020-69) e à fabricante de bebidas Ambev (processo nº 16561.720180/2015-19), em que a existência de fundo não configurou simulação e a autuação fiscal foi afastada.

No caso do sócio da HPE, os principais fundamentos para manter o auto de infração foram a falta de "racionalidade empresarial" e "propósito negociado" do FII, que não fez captação de recursos no mercado e não investiu no setor imobiliário, o que desvirtuaria a finalidade básica da estrutura. Além disso, os conselheiros constataram que houve uma reorganização societária com a transferência de imóveis para o HI, detido por Eduardo Ramos - sem circulação de dinheiro - e que ele era o real beneficiário dos rendimentos.

A autuação foi aplicada em novembro de 2021, referente a renda supostamente omitida entre 2016 e 2019. A defesa do empresário ainda tentou argumentar que já havia passado o prazo de decadência, de cinco anos, em que o Fisco poderia aplicar a multa. Mas isso não foi acatado, por conta da possibilidade de fiscalização de fatos passados.

Para a 1ª Turma Ordinária, as transações do grupo societário isoladas aparentam legalidade, mas, quando analisadas em conjunto, foi verificado um "abuso de direito". Isso porque o empresário teria, por meio da reorganização societária, dissimulado o fato gerador de IRPF (Processo nº 10580.731272/2021-68).

No acórdão, a relatora, a conselheira Havia Lilian Selmer Dias, afirma que a prática do contribuinte pode ser categorizada como uma elusão fiscal ou elisão ineficaz. "Em uma análise mais rasa e só considerando cada elemento da estrutura, tem aparência de legalidade, todavia, em uma análise mais apurada se verifica a atipicidade do negócio jurídico, o uso de grande dose de artificialidade e a clara distorção das finalidades da norma tributária", completa Havia.

O entendimento majoritário do **Carf**, acrescenta, é avaliar a simulação "em um conceito mais amplo, não analisando só o resultado e a legalidade de cada elemento da estrutura do planejamento tributário, mas verificando o resultado final, avaliando o quão "artificioso" foi o caminho usado, a adequação com a finalidade da norma, e o propósito que levou aquela estrutura".

Para a advogada tributarista May-sa Pittondo Deligne, sócia do CPMG Advocacia e ex-conselheira do **Carf**, a decisão vai de encontro ao que foi decidido em casos recentes por impor um propósito ao fundo não exigido pela lei. "[A decisão] afirma, sem qualquer fundamento legal, impõe que o propósito ou a finalidade do fundo de investimento seria ter pluralidade de cotistas", diz.

Segundo ela, foi decidido pelo STF que são permitidos planejamentos tributários com o objetivo de gerar economia, sendo desnecessárias outras razões para embasar o negócio jurídico. Ela afirma que isso consta

no voto da ministra Cármen Lúcia, relatora da ADI 2446.

"O CTN [Código Tributário Nacional] não proíbe o contribuinte de buscar economia fiscal pelas vias legítimas, realizando suas atividades de forma menos onerosa, e, assim, deixar de pagar **tributos** quando não for configurado fato gerador cuja ocorrência tenha sido lícitamente evitada", completa Maysa.

A tributarista Andreza Ribeiro, sócia do Stocche Forbes Advogados, destaca que o **Carf** usou um argumento genérico de artificialidade da estrutura societária, "o que nos parece um contrassenso". Na visão dela, o precedente é "único" pois desconsidera a existência tanto do fundo multimercado, quanto do HL Segundo Reinaldo Ravelli, sócio do Trench Rossi Watanabe, esse tipo de estrutura em dois níveis é comum no Brasil e usado para haver um diferimento (adiamento) da tributação. Nesse caso em específico, uma das peculiaridades, acrescenta, foi a transferência de valores para o HI de forma "simultânea e circular", sem a distribuição de lucros.

Com o adiamento da tributação "só se tornaria tributável no momento do resgate das cotas ou amortização das cotas enquanto os recursos gerados dentro da estrutura fossem reinvestidos". Mas isso até o fim de 2023, pois, a partir desse ano, a Lei nº 14.754 passou a exigir o recolhimento de **impostos** sobre rendimentos semestralmente.

De acordo com Ravelli, a maioria dos julgados envolvendo FII não tem sido favorável aos contribuintes. "O Fisco tem estado atento a essas estruturas, principalmente se envolvem fundos de investimento imobiliário".

Caio Malpighi, do VBSO Advogados, afirma que as decisões no **Carf** variam caso a caso, pois as provas têm mais peso ao convencer os conselheiros. "Passa muito pelos elementos que o contribuinte consegue reunir de que o fundo não foi criado única e exclusivamente para economizar **tributos** e que teria um propósito negocial".

Ele cita acórdão recente favorável à Ambev sobre uso de fundo de investimento como mecanismo de hedge. "A empresa conseguiu trabalhar na defesa que o fundo teria uma política de investimento clara e definida", afirma. Mas Malpighi discorda do entendimento do **Carf** no caso do empresário da HPE. "Causa estranheza o fiscal desconsiderar o fundo para tributar na pessoa física se existe regra antielisiva específica para o HI", completa.

Procurada, a defesa de Eduardo de Souza Ramos disse que não vai comentar a decisão.

"A decisão vai de encontro ao que foi decidido em casos recentes" MaysaP.Deligne

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187918?>

Servidores federais podem pedir revisão de reajuste

(Cristiane Gercina/Folhapress)

Servidores públicos federais que estavam na ativa ou eram aposentados do serviço público em 1993 podem ter direito à revisão do reajuste salarial de 28,86%. O aumento foi reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em processo que teve início na década de 1990, mas só chegou ao fim em 2019.

A revisão surgiu após o governo do então presidente Itamar Franco conceder aumento salarial de 28,86% aos militares e deixar de fora funcionários públicos do Poder Executivo, que foram à Justiça. Após o trânsito em julgado da ação, foi definido prazo de cinco anos para que os servidores com direito ao reajuste peçam as diferenças não pagas. O prazo vence no dia 2 de agosto.

De acordo com o advogado Daniel Conde Barros, sócio da área de direito administrativo do Martorelli Advogados, **servidores públicos** federais que estavam na ativa entre 1993 e 2000 - para algumas carreiras, o prazo de trabalho pode ser um pouco maior podem ter direito às diferenças.

O valor a ser recebido vai variar conforme o salário à época, corrigido pela **inflação** e convertido para real. Podem ingressar com ação os funcionários públicos da administração direta, além de servidores de órgãos como a **Receita Federal**, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), entre outros.

O direito ao reajuste também pode variar, e nem todos receberão um percentual exato de 28,86%. Isso ocorre porque houve a reestruturação de diversas carreiras nos governos dos presidentes Fernando Henrique Cardoso (PSDB), Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Dilma Rousseff (PT), fazendo com que a diferença percentual de quem ainda não havia recebido o reajuste fosse diminuída ou, até mesmo, zerada.

Segundo Barros, é preciso procurar um especialista em cálculos para fazer as contas e, depois, levar o caso a um advogado. Há escritórios de advocacia, no entanto, que fazem os cálculos antes do início da ação para saber se o cliente terá direito ou não.

Site: <https://meu-perfil.otempo.com.br/jornal-digital>

Gasto com previdência de militar somará R\$ 856 bi

THAÍS BARCELLOS BRASÍLIA

O governo calcula que gastará R\$ 856 bilhões nas próximas décadas com o Sistema de Proteção das Forças Armadas, segundo o Relatório Contábil do Tesouro Nacional. Embora em valores absolutos a cifra estimada seja menor do que a prevista para servidores civis, o que chama a atenção de técnicos do governo é o crescimento mais acelerado do déficit dos militares ao longo do tempo.

Em 2023, as despesas com o Sistema de Proteção Social dos Militares das Forças Armadas somaram R\$ 58,8 bilhões, um aumento de 85% em relação há dez anos. Já o gasto com aposentadorias do funcionalismo federal foi de R\$ 94 bilhões, avanço de 46% no mesmo período.

O saldo deficitário foi similar no ano passado, de R\$ 49,7 bilhões para os militares -o que representa aumento de 67,8% -e R\$ 54,8 bilhões para os servidores civis, um incremento de 47%.

O gasto "contratado" para as próximas décadas para integrantes das Forças Armadas representa 60% dos R\$ 1,407 trilhão previstos em despesas com servidores civis, apesar de os militares representarem metade do contingente.

Há 757.959 funcionários públicos civis ativos no governo federal, contra 362.588 nas Forças Armadas, segundo dados do Portal da Transparência. Entre inativos, são 707.902 civis aposentados ou pensionistas e 407.386 militares reservistas, reformados ou pensionistas.

NA MIRA DO TCU

Tecnicamente chamadas de provisões, essas estimativas representam valores líquidos (valores a pagar menos contribuições a receber) que o governo espera desembolsar no futuro pelas aposentadorias e pensões dos **servidores públicos** que fazem parte do Regime Próprio de **Previdência Social** (RPPS) e com o Sistema de Proteção Social dos Militares das Forças Armadas.

O montante considera o custo a valor presente com os regimes decorrente do serviço prestado pelos militares até o fim do ano passado, contabilizando servidores

inativos e ativos até 31 de dezembro de 2023, a data de corte do relatório, considerando proporcionalmente o período já trabalhado pelo servidor.

No caso do RPPS, o relatório do Tesouro mostra a abertura entre provisões relacionadas aos benefícios concedidos, de R\$ 884 bilhões, e o impacto considerado dos servidores que ainda estão na ativa, de R\$ 523 bilhões.

Em relação aos militares, a divisão foi feita entre inativos (R\$ 495 bilhões) e pensionistas (R\$ 356 bilhões), considerando os benefícios já usufruídos e os que serão concedidos no futuro. Há ainda estimativa de gasto "contratado" de R\$ 6 bilhões com anistiados políticos militares.

O Tesouro usa as estimativas para dimensionar compromissos futuros do plano e avaliar o risco sobre as contas públicas. Técnicos da equipe econômica consideram que os resultados passados e as provisões sugerem que é necessário algum ajuste no regime de proteção dos militares para torná-lo sustentável ao longo do tempo.

O assunto já está na mira do Tribunal de Contas da União (TCU) e é considerado dentro do cardápio de medidas estudado pela equipe econômica para conter o aumento de gastos públicos. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva já indicou, porém, que o tema não será tratado no curto prazo.

Atualmente, os militares fazem parte de regime especial e não contribuem para arcar com despesas de quando passarão para a reserva, considerando que podem ser convocados em caso de guerra ou urgência. A contribuição é apenas para financiar seus pensionistas. Já as alíquotas dos **servidores públicos** variam de 7,5% a 14%, conforme a Reforma da Previdência de 2019, e a contribuição patronal é dobrada.

"Cabe destacar que, quanto aos militares das Forças Armadas, somente as despesas com pensões são consideradas previdenciárias, havendo receita de contribuições específicas para o seu custeio. As despesas com militares inativos não são classificadas como previdenciárias, mas como encargos especiais, não havendo contribuições dos militares e patronal para o seu custeio", destaca relatório do Tesouro.

Segundo relatório do TCU, o custo para os cofres públicos com pessoal da reserva das Forças Armadas subiu de R\$ 31,85 bilhões em 2014 para R\$ 58,8 bilhões em 2023, alta de 84,6%. Cada beneficiário, militar inativo e pensionista, custa à União R\$ 187,76 mil. Como as despesas com contribuição superam as receitas, o déficit per capita atingiu R\$ 158,8 mil no ano passado. O sistema é mais caro para a União, na comparação per capita com regimes de servidores civis federais e trabalhadores do setor privado (**INSS**).

Procurado, o Ministério da Defesa não comentou o tema.

Não há provisões para o Regime Geral da **Previdência Social** (RGPS), que tem o maior rombo, de R\$ 315,7 bilhões no ano passado, 2,91% do Produto Interno Bruto (**PIB**). O relatório do Tesouro mostra que a projeção elaborada pela Secretaria de Regime Geral de **Previdência Social** do Ministério da **Previdência Social** indica que o déficit em relação ao PIB pode alcançar 10,3% em 2100.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Equipe econômica estuda isentar fundos de previdência fechados

GERALDA DOCA geralda@bsb.oglobo.com.br
BRASÍLIA

Na reta final das negociações sobre a regulamentação da **Reforma Tributária** no Congresso, a equipe econômica estuda deixar fundos de **previdência complementar** fechados, como fundos de pensão das estatais e planos de aposentadoria criados por empresa para seus funcionários, isentos de taxaço.

Segundo estimativas do setor, a tributação prevista no texto em análise na Câmara causaria perda de 10,92% no valor do benefício que o participante tem a receber no futuro.

O assunto foi discutido na manhã de ontem com técnicos do Ministério da Fazenda e representantes dos fundos de pensão. Segundo um interlocutor, a pasta está estudando o pleito do setor, que argumenta tratar-se de uma poupança e não de imposto sobre o consumo, premissa da reforma.

Atualmente, essas entidades recolhem apenas PIS/Cofins na etapa administrativa, ou seja, na gestão dos recursos. Ainda assim, essa tributação está sendo questionada no Supremo Tribunal Federal (STF). O setor argumenta que as entidades de fundos de **previdência complementar** fechadas não visam lucro, diferentemente de alguns produtos comercializados por instituições financeiras, como VGBL e PGBL. Os participantes dos fundos de previdência também não pagam Imposto de Renda na fase de acumulação das reservas, somente na fase do recebimento do benefício, e de forma regressiva: quanto maior o período da aplicação dos recursos, menor a tarifa. As alíquotas variam entre 10% e 35%, de acordo com o tempo da aplicação dos recursos.

TRATAMENTO DIFERENCIADO

O projeto encaminhado pelo governo ao Congresso dá o mesmo tratamento a esses dois tipos de previdência, que passam a ser classificados como serviço financeiro. O pleito de incluir o setor entre aqueles que terão alíquota zero já foi levado pelo setor aos parlamentares do grupo de trabalho (GT) que analisa a regulamentação da reforma, mas depende ainda do aval do Ministério da Fazenda, que insiste na cobrança.

Integrantes do grupo afirmam ser preciso fazer contas para atender ao pedido dos representantes dos fundos. Ao todo, cerca de 300 setores querem tratamento diferenciado na **Reforma Tributária**.

A Fazenda alerta que a ampliação de setores com alíquota zero pressiona a alíquota padrão, que será criada a partir da unificação dos **tributos**. O próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva quer incluir as proteínas (carnes e frango), que ficaram de fora do projeto original do Executivo, entre os itens da cesta básica com imposto zerado (leia mais abaixo).

O primeiro texto da regulamentação da **Reforma Tributária** detalha a implementação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). Juntos eles formam o Imposto sobre Valor Agregado (IVA), que vai unificar cinco **tributos** que incidem hoje sobre o consumo.

O IBS vai reunir o ICMS, imposto estadual, e o ISS, municipal. Já a CBS vai unir PIS, Cofins e IPI, todos de âmbito federal. As alíquotas de IBS e CBS vão somar os 26,5% previstos na regulamentação da reforma, que será a alíquota de referência a incidir sobre bens e serviços.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Veja os pagamentos do inss em julho - FALANDO DE APOSENTADOS

JOÃO ADOLFO DE SOUZA

Aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) vão receber os pagamentos referentes a julho a partir do dia 25. Os primeiros repasses são direcionados aos beneficiários que têm número do benefício (NB) com final 1 e recebem até um salário mínimo. Os pagamentos para benefícios acima de um salário mínimo começarão em 1º de agosto para NB com finais a partir de 1 e 6. Repasses de junho continuam sendo feitos, com os próximos beneficiários a receber tendo final 6. Confira as datas e detalhes sobre como consultar o número do benefício.

Aposentados e pensionistas do **INSS** começarão a receber os pagamentos de julho a partir do dia 25. Beneficiários com número do benefício (NB) final 1, que recebem até um salário mínimo, serão os primeiros a receber. O calendário completo é o seguinte: Calendário de pagamentos do **INSS** para benefícios de até um salário mínimo: - Final 1: 25 de julho - Final 2: 26 de julho - Final 3: 29 de julho - Final 4: 30 de julho - Final 5: 31 de julho - Final 6: 01 de agosto - Final 7: 02 de agosto - Final 8: 05 de agosto - Final 9: 06 de agosto - Final 0: 07 de agosto Para benefícios acima de um salário mínimo, os pagamentos também tiveram início no dia 1º de agosto para os aposentados e pensionistas com NB final a partir de 1 e 6. O calendário é: Calendário de pagamentos do **INSS** para benefícios acima de um salário mínimo:

- Finais 1 e 6: 01 de agosto

- Finais 2 e 7: 02 de agosto

- Finais 3 e 8: 05 de agosto

- Finais 4 e 9: 06 de agosto

- Finais 5 e 0: 07 de agosto

É preciso lembrar que os repasses de junho continuam sendo realizados. Beneficiários com número de benefício com final a partir do número 6, receberão em julho. As datas são: Calendário de pagamentos do **INSS** em junho para benefícios de até um salário mínimo:

- Final 1: 24 de junho

- Final 2: 25 de junho

- Final 3: 26 de junho

- Final 4: 27 de junho

- Final 5: 28 de junho

- Final 6: 01 de julho

- Final 7: 02 de julho

- Final 8: 03 de julho

- Final 9: 04 de julho

- Final 0: 05 de julho

Para consultar o final do número do benefício, o beneficiário pode verificar no cartão do benefício ou no aplicativo "Meu **INSS**", disponível para download em celulares Android e iOS.

No aplicativo, é necessário informar o CPF e a senha cadastrados na plataforma gov.br para acessar o menu de opções, onde se encontra o número do benefício. O dígito após o traço não deve ser considerado, ou seja, em um NB 123456789-0, o 9 é o dígito final.

Como especialista em finanças, acredito que garantir a divulgação e transparência dos calendários de pagamentos dos beneficiários do **INSS** é essencial.

Assim, todos podem se organizar e garantir o planejamento de suas finanças com antecedência e segurança.

Para saber mais informações sobre o **INSS**, economia e finanças, você pode me acompanhar no meu canal no YouTube João Financeira e meu perfil no Instagram @joaofinanceiraoficial.

Site: <https://flip.odia.com.br/edicao/imprensa/12510/03-07-2024.html>

INSS abre 1.440 vagas para requerer o BPC

O Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) continuará com atendimentos extraordinários no estado do Rio para quem precisa pedir a concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC). Este mês, serão oferecidas 1.440 vagas extras para consultas com assistentes sociais em oito agências da **Previdência Social** na capital e na Baixada. Os mutirões ocorrerão das 7h às 14h, aos sábados.

O objetivo é atender às necessidades previdenciárias da população, incluindo solicitações de benefícios e esclarecimentos de dúvidas. Os agendamentos podem ser feitos por telefone (Central 135) ou pelo site e aplicativo Meu **INSS**.

REQUERER O BPC

Para requerer o BPC, os beneficiários precisam atender aos seguintes critérios: ter 65 anos ou mais; ter alguma deficiência, e/ou ter renda familiar per capita de até um quarto do salário- mínimo (R\$ 353). Não é necessário ter contribuído para o **INSS** para se qualificar para o benefício, cujo valor mensal equivale a um salário-mínimo (atualmente R\$ 1.412).

Também é necessário não ser beneficiário de outro programa da **Seguridade Social**, exceto assistência médica e pensão especial de natureza indenizatória. Vale ressaltar que os beneficiários do BPC não recebem o décimo terceiro salário e o benefício não é convertido em pensão por morte.

Site: <https://flip.odia.com.br/edicao/impressa/12510/03-07-2024.html>

Servidores do INSS ameaçam paralisação nesta quarta-feira

Parte dos servidores do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) ameaça paralisar suas atividades nesta quarta-feira (3). A mobilização, aprovada em assembleia estadual e plenária nacional da categoria, será no mesmo dia da terceira rodada de reuniões entre representantes dos trabalhadores e o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI).

Também estão previstas manifestações em diversas cidades no país. Em São Paulo, os servidores irão se reunir em frente à Superintendência do **INSS**, às 15h, segundo o Sindicato dos Servidores e Trabalhadores Públicos em Saúde, Previdência e Assistência Social no Estado de São Paulo (Sinsprev/SP).

O objetivo é pressionar o MGI a fazer uma nova proposta à categoria. Caso as negociações não avancem, poderá haver greve. "O governo desconsiderou todos os nossos pleitos, inclusive aqueles de reestruturação de carreira que não têm impacto financeiro e ofereceu apenas o reajuste de 9% em 2026 e 3,5% em 2026", afirma a diretora do Sinsprev/SP, Thaize Chagas Antunes. "Lembrando que tivemos o nosso salário congelado de 2017 a 2022, sem nenhum centavo de reajuste."

A plenária nacional da categoria, realizada no último domingo (30), também aprovou greve dos servidores do **INSS** a partir de 16 de julho, caso as negociações não avancem. Há, no entanto, uma parte dos servidores que não deve parar as atividades, mas segue na "operação apagão". São os funcionários representados pelo Sindicato dos Trabalhadores do Seguro Social e **Previdência Social** no Estado de São Paulo (SINSSP).

Eles irão decidir sobre uma possível paralisação após a reunião nacional desta quarta, mas seguem na "operação apagão" até esta quinta-feira (4), reduzindo em 20% a produção. A reivindicação é de reajuste salarial de 33% até 2026 e valorização da carreira de técnico do seguro social.

Segundo o SINSSP, a operação não deve afetar diretamente o atendimento presencial nas agências do **INSS**, mas pode atrasar a liberação de benefícios previdenciários e assistenciais, como é o caso do Benefício de Prestação Continuada (BPC). As medidas atingem tanto quem trabalha de forma presencial, nas Agências da **Previdência Social**,

quanto os que estão em home office.

Há, atualmente, 18 mil funcionários da Previdência, dos quais 14 mil são técnicos do seguro social. De acordo com os sindicatos, o governo, por meio do MGI, se recusa a renegociar a valorização da categoria. Além do reajuste salarial, os servidores pedem para que a carreira de técnico do seguro social seja considerada uma carreira de estado, essencial para o funcionamento da máquina pública, mas esse não seria o entendimento do MGI, que caminha para qualificar esses servidores como de apoio.

A categoria também cobra a alteração do nível de ingresso para o cargo de técnico do seguro social para nível superior, defendendo a complexidade das atividades já desenvolvidas e temendo o avanço do uso de inteligência artificial nas análises do **INSS**. "Todos estes pontos estão no acordo de greve assinado em 2022, e o governo não cumpre", diz Thaize.

Procurados pela reportagem, o **INSS** e o MGI não responderam até o fechamento desta edição.

Site: <https://oestadoce.com.br/digital/03-07-2024-edicao-24863/>

Lula discute gastos e alta do dólar com ministros

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) reunirá hoje (3) ministros da área econômica para debater medidas de corte de gastos num momento em que as falas do próprio chefe do Executivo restringem as opções viáveis para alcançar esse objetivo.

Com diversas declarações de Lula vetando medidas ou atacando o Banco Central, auxiliares do presidente defendem moderação nas falas do petista para evitar um agravamento ainda maior do quadro econômico.

Nos últimos dias, a cotação do dólar escalou diante da incerteza dos agentes do mercado com a trajetória fiscal do Brasil. A preocupação é com o risco de esse movimento respingar na economia real, encarecendo produtos e levando o BC a precisar aumentar os juros básicos, hoje em 10,50% ao ano, para conter a **inflação**.

Lula já deu declarações públicas contra mudanças na política de valorização do salário mínimo (que impacta a **Previdência Social**) e a desvinculação entre benefícios sociais e o piso nacional. Ele também descartou limitar o crescimento dos mínimos em Saúde e Educação. Esses são justamente alguns dos maiores componentes do Orçamento.

Após apostar em um ajuste fiscal centrado nas receitas, o ministro Fernando Haddad (Fazenda) passou a defender também medidas pelo lado das despesas. Mas essa opção ficou em xeque após Lula dizer, na semana passada, que primeiro precisa "saber se precisa efetivamente cortar" gastos.

Integrantes do Ministério da Fazenda ficaram apreensivos com as declarações do chefe do Executivo e preveem desafios para que Haddad e a ministra Simone Tebet (Planejamento) convençam o presidente da necessidade dos cortes.

As falas de Lula têm deixado o ministro sem nenhuma margem de manobra para coordenar as expectativas e reverter a escalada do dólar. Essa percepção é compartilhada por pessoas próximas de Haddad.

Até agora, o ministro da Fazenda não fez nenhum anúncio concreto, e suas tentativas de reforçar o compromisso com o ajuste fiscal são ofuscadas pelas críticas de Lula.

A declaração do presidente nesta terça (2) de que o governo precisava agir contra a alta do dólar e que ele se reuniria com Haddad nesta quarta (3) alimentou rumores de que o governo lançaria mão de medidas como de controle de capital na saída de dólares do país.

Haddad foi obrigado a dar uma entrevista na portaria do Ministério da Fazenda para negar o uso do IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) nas operações de câmbio.

A cotação do dólar teve pequeno alívio com rumores não confirmados de que o Banco Central estaria fazendo consultas ao mercado para intervir no câmbio.

Aliados de Haddad e Tebet também defendem que Lula modere suas falas para evitar desautorizá-los, gerando repercussões negativas no mercado.

O próprio ministro da Fazenda voltou a afirmar nesta terça que a alta do dólar e a turbulência no mercado são consequências de ruídos na comunicação do governo.

Diante desses ruídos, um técnico do governo pondera que também não ajuda correr para fazer um anúncio qualquer sem ter as medidas bem desenhadas e pactuadas dentro do Executivo. Precipitar qualquer ação poderia gerar mais turbulência.

Outro técnico afirma que o governo precisa primeiro fechar as estimativas dos gastos obrigatórios para este e o próximo ano e, a partir desses números, identificar o tamanho da contenção de gastos necessária para cumprir as regras -uma espécie de conta de chegada para fechar o escopo das revisões.

MAIS CONTEÚDO ACESSE www.oestadoce.com.br

Site: <https://oestadoce.com.br/digital/03-07-2024-edicao-24863/>

Servidores do INSS ameaçam paralisar atividades hoje

Alguns servidores do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) podem entrar em greve a partir de hoje (03/07). A decisão foi tomada em assembleias estaduais e plenárias nacionais da categoria. O movimento coincide com a terceira rodada de negociações entre representantes dos trabalhadores e o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. Há manifestações previstas em várias cidades do país.

Em São Paulo, por exemplo, os servidores planejam se reunir às 15h em frente à Superintendência do órgão, no viaduto Santa Ifigênia, região central da cidade, conforme informou o Sindicato dos Servidores e Trabalhadores Públicos em Saúde, Previdência e Assistência Social no Estado de São Paulo (Sinsprev/SP). A finalidade é pressionar o MGI a apresentar uma nova proposta à categoria. Se as negociações não progredirem, a greve poderá ser deflagrada.

"A administração ignorou todas as nossas demandas, inclusive aquelas sem impacto financeiro, como a reestruturação de carreira. Ofereceram apenas um reajuste de 9% em 2026 e 3,5% em 2027", afirma Thaize Chagas Antunes, diretora do Sinsprev/SP. "Lembrando que nossos salários ficaram congelados de 2017 a 2022, sem nenhum aumento."

Na plenária nacional realizada no último domingo (30), também foi aprovada uma greve dos servidores do **INSS** a partir de 16 de julho, caso não haja avanços nas negociações. Entretanto, uma parte continuará em operação reduzida, conhecida como "operação apagão", até quinta-feira (4). Esses funcionários, representados pelo Sindicato dos Trabalhadores do Seguro Social e **Previdência Social** no Estado de São Paulo (SINSSP), decidirão sobre uma possível paralisação após a reunião nacional desta quarta-feira.

Durante a "operação apagão", os servidores reduzirão sua produção em 20%. A demanda principal é um reajuste salarial de 33% até 2026 e a valorização da carreira de técnico do seguro social. De acordo com o SINSSP, essa operação não deve impactar o atendimento presencial nas agências do **INSS**, mas poderá atrasar a liberação de benefícios previdenciários e assistenciais, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

O movimento afeta tanto os funcionários que trabalham presencialmente nas Agências da **Previdência Social** (APSS) quanto aqueles em home office. Atualmente, a **Previdência Social** conta com 18 mil servidores, dos quais 14 mil são técnicos do seguro social. Os sindicatos alegam que o governo, através do MGI, se recusa a renegociar a valorização da categoria.

Além do reajuste salarial, os servidores exigem que a carreira de técnico do seguro social seja reconhecida como uma carreira de estado, essencial para o funcionamento da administração pública. Contudo, o MGI tende a classificá-los como funcionários de apoio. A categoria também reivindica que o nível de ingresso para o cargo de técnico do seguro social seja alterado para nível superior, defendendo a complexidade das atividades desempenhadas e temendo o avanço do uso de inteligência artificial (IA) nas análises do **INSS**.

Site: <https://oestadoce.com.br/digital/03-07-2024-edicao-24863/>

Gasto com previdência de militares somará R\$ 856 bilhões nas próximas décadas, diz relatório do Tesouro

O governo calcula que gastará R\$ 856 bilhões nas próximas décadas com o Sistema de Proteção das Forças Armadas, segundo o Relatório Contábil do Tesouro Nacional. Embora em valores absolutos a cifra estimada seja menor do que a prevista para servidores civis, o que chama a atenção de técnicos do governo é o crescimento mais acelerado do déficit dos militares ao longo do tempo.

Em 2023, as despesas com o Sistema de Proteção Social dos Militares das Forças Armadas somaram R\$ 58,8 bilhões, um aumento de 85% em relação há dez anos. Já o gasto com aposentadorias do funcionalismo federal foi de R\$ 94 bilhões, avanço de 46% no mesmo período.

O saldo deficitário foi similar no ano passado, de R\$ 49,7 bilhões para os militares - o que representa aumento de 67,8% - e R\$ 54,8 bilhões para os servidores civis, um incremento de 47%.

O gasto "contratado" para as próximas décadas para integrantes das Forças Armadas representa 60% dos R\$ 1,407 trilhão previstos em despesas com servidores civis, apesar de os militares representarem metade do contingente.

Atualmente, há 757.959 funcionários públicos civis ativos no governo federal, contra 362.588 nas Forças Armadas, conforme dados do Portal da Transparência. Entre os inativos, são 707.902 civis aposentados ou pensionistas e 407.386 militares reservistas, reformados ou pensionistas.

Tecnicamente chamadas de provisões, essas estimativas representam valores líquidos (valores a pagar menos contribuições a receber) que o governo espera desembolsar no futuro pelas aposentadorias e pensões dos **servidores públicos** que fazem parte do Regime Próprio de **Previdência Social** (RPPS) e com o Sistema de Proteção Social dos Militares das Forças Armadas.

A conta considera tanto os servidores inativos quanto os ativos até 31 de dezembro de 2023, que é a data de corte do relatório, considerando proporcionalmente o período já trabalhado pelo servidor.

No caso do RPPS, o relatório do Tesouro mostra a abertura entre as provisões relacionadas aos benefícios já concedidos, de R\$ 884 bilhões, e o impacto considerado dos servidores que ainda estão na ativa, de R\$ 523 bilhões.

Em relação aos militares, a divisão foi feita entre inativos (R\$ 495 bilhões) e pensionistas (R\$ 356 bilhões), considerando os benefícios já usufruídos e os que serão concedidos no futuro. Há ainda estimativa de gasto "contratado" de R\$ 6 bilhões com anistiados políticos militares.

O Tesouro usa as estimativas para avaliar o risco futuro sobre as contas públicas. Técnicos da equipe econômica consideram que tanto os resultados passados quanto as provisões sugerem que é necessário algum ajuste no regime de proteção dos militares para torná-lo sustentável ao longo do tempo.

O assunto já está na mira do Tribunal de Contas da União (TCU) e é considerado dentro do cardápio de medidas estudado pela equipe econômica para conter o aumento de gastos públicos. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva já indicou, porém, que o tema não será tratado no curto prazo.

Atualmente, os militares fazem parte de regime especial e não contribuem para arcar com despesas de quando passarão para a reserva, considerando que podem ser convocados em caso de guerra ou urgência. A contribuição é apenas para financiar seus pensionistas.

Já as alíquotas dos **servidores públicos** variam de 7,5% a 14%, conforme a Reforma da Previdência de 2019, e a contribuição patronal é dobrada.

"Cabe destacar que, quanto aos militares das Forças Armadas, somente as despesas com pensões são consideradas previdenciárias, havendo receita de contribuições específicas para o seu custeio. As despesas com militares inativos não são classificadas como previdenciárias, mas como encargos especiais, não havendo contribuições dos militares e patronal para o seu custeio", destaca relatório do Tesouro.

Segundo relatório do TCU, o custo para os cofres públicos com pessoal da reserva das Forças Armadas subiu de R\$ 31,85 bilhões em 2014 para R\$ 58,8 bilhões em 2023, alta de 84,6%. Cada beneficiário, militar inativo e pensionista, custa à União R\$ 187,76 mil. Como as despesas com contribuição superam as receitas, o déficit per capita atingiu R\$ 158,8 mil no ano passado.

O sistema é mais caro para a União, na comparação per capita com regimes de servidores civis federais e trabalhadores do setor privado (**INSS**).

Procurado, o Ministério da Defesa não comentou o tema.

Não há provisões para o Regime Geral da **Previdência Social** (RGPS), que atende em sua maioria trabalhadores privados e tem o maior rombo do sistema, de R\$ 315,7 bilhões no ano passado, 2,91% do Produto Interno Bruto (**PIB**).

O relatório do Tesouro mostra que a projeção elaborada pela Secretaria de Regime Geral de **Previdência Social** do Ministério da **Previdência Social** indica que o déficit em relação ao **PIB** pode alcançar 10,3% em 2100.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/07/03/gasto-com-previdencia-de-militares-somara-r-856-bilhoes-nas-proximas-decadas-diz-relatorio-do-tesouro.ghtml>

A nova agenda 30 anos depois do Plano Real (Editorial)

As comemorações dos 30 anos do Plano Real, celebrados nesta semana, fazem jus ao feito histórico. A nova moeda acabou com a hiperinflação crônica, chaga que punia os mais pobres e provocava todo tipo de transtorno na vida de empresas e cidadãos. O principal legado do Real foi ter demonstrado que, quando unem determinação e propósito, os brasileiros têm o poder de resolver questões à primeira vista intratáveis. E com esse mesmo espírito em mente que o país precisa agora encarar um novo ciclo de reformas econômicas. O inimigo a bater desta vez não é mais a **inflação**, mas o crescimento medíocre da economia, responsável pela miséria renitente. Tal agenda deve ser encarada com a mesma garra. Se fosse possível resumi-la numa frase: o Brasil precisa confiar nos empreendedores e apostar no aumento da competição.

A história do agronegócio demonstra que o vigor empresarial brasileiro é capaz de enfrentar todo tipo de concorrente. Sem proteção tarifária, os empresários do campo adotaram as melhores práticas de plantio e gestão, investiram em tecnologia, exploraram nossas vantagens comparativas, prosperaram e criaram um dinamismo de crescimento para o Brasil. Os fatores decisivos que o Estado propiciou para o sucesso não foram os programas de financiamento nem vantagens tributárias, mas o apoio à pesquisa científica, por meio da Embrapa. A revolução do interior não foi concebida num escritório na Esplanada dos Ministérios, na sede de uma estatal ou no BNDES. Como costuma dizer o ex-presidente do Banco Central Pérsio Arida - um dos artífices do Real -, a melhor receita para o êxito do Brasil está na experiência do setor agrícola, com a abertura maior da economia e menos intervenção estatal.

Ganhos de produtividade com a exposição à concorrência externa não são teóricos. Nos países com baixa competição, como o Brasil, as empresas não têm incentivo para investir em inovação. Se um artigo pode ser produzido como sempre foi e vendido caro, não há razão para apostar em melhorias. É por isso que a proteção de mercado resulta na perda de investimentos. O Brasil aplica em inovação o mesmo que países com renda per capita similar. Se as condições atuais forem mantidas, pouco mudará. A experiência dos últimos governos do PT mostra que não serão linhas de crédito facilitadas por bancos estatais que transformarão essa realidade. A

desindustrialização precoce não será resolvida à base de subsídios. A solução é aumentar a concorrência para que os segmentos mais capazes se desenvolvam e prosperem. Nenhum país escapou da armadilha de crescimento baixo com renda média sem se integrar à economia global.

Aumentar a competitividade da economia brasileira tem uma dimensão local. A **reforma tributária**, atualmente em regulamentação no Congresso, terá papel crucial nisso. O sistema atual de **impostos** incentiva a má alocação de recursos, a guerra fiscal entre estados, mantendo no mercado empresas ineficientes graças ao acesso a benesses. Isso inibe os investimentos. Edmar Bacha, principal negociador do Plano Real junto ao Congresso, ressalta que a ação mais urgente hoje é salvar a **reforma tributária** dos lobbies que querem entrar nas listas de taxa zero. "É preciso enorme esforço político para evitar que a reforma seja desfigurada. Querem colocar até filé-mignon na cesta básica", afirma.

Quanto maior o número de produtos isentos, maior será a alíquota básica paga por todos. E a isenção não terá os resultados alegados. A experiência internacional demonstra que os produtores beneficiados com renúncia fiscal não costumam repassar a vantagem aos consumidores. Está em curso em Brasília uma corrida não para ajudar os mais pobres, mas para capturar o Estado, com o único objetivo de obter privilégios. Bacha ressalta que a estratégia mais eficiente neste caso para cuidar da baixa renda é o sistema de cashback, que devolve dinheiro diretamente a quem precisa.

Para aumentar a competição entre as empresas, o papel do Estado é intransferível. Quanto mais eficiente for, mais facilitará a vida de estudantes, trabalhadores e empreendedores. Por isso uma reforma administrativa deve ser outra prioridade. Os funcionários públicos correspondem a 5,6% da população brasileira, abaixo da média da OCDE, mas consomem 13% do **PIB**, mais que Portugal ou Espanha. Isso ocorre porque uma elite formada por juízes, procuradores, militares e outras categorias se recusa a abrir mão de privilégios que não existem em nenhuma outra parte -enquanto o grosso do funcionalismo trabalha em condições insatisfatórias.

Mesmo sendo uma estrutura cara, o Estado não

entrega serviços na qualidade necessária. No Brasil, apenas 51% se dizem satisfeitos com a escola, percentual superior apenas a Venezuela e Haiti no continente. Na saúde, menos ainda: 33%. De modo geral, o serviço público peca pela falta de avaliações objetivas e periódicas e se destaca por carreiras fragmentadas e confusas. Nas áreas mais influentes do funcionalismo, servidores ganham mais, mesmo tendo competências e atribuições similares. Passou da hora de o Estado deixar de ser um peso e se transformar em facilitador.

Ao mesmo tempo que é preciso avançar na pauta de reformas, o país não pode descuidar das conquistas realizadas. O tripé macroeconômico consagrado com a experiência do Plano Real prevê metas de **inflação**, taxa de câmbio flutuante e superávit nas contas públicas. A falta da devida atenção à crise fiscal é a moléstia mais aguda de que sofremos neste momento - não é outro o motivo da disparada do dólar. Não pode ser menosprezada. O governo aprovou reajustes do salário mínimo acima da **inflação**, ciente dos reflexos no rombo da Previdência. A mudança da indexação de benefícios acelerou a necessidade de nova reforma previdenciária. Atrelar os gastos com saúde e educação ao aumento da receita é outra medida com apelo popular, mas contraproducente, por comprimir todos os demais gastos do governo, da infraestrutura aos investimentos para combater os efeitos das mudanças climáticas.

Sem o ajuste fiscal, a dívida pública continuará aumentando. O brasileiro precisa e merece educação, saúde e segurança muito melhores. A crise fiscal mostra que não há dinheiro para tudo, portanto é preciso uma gestão eficiente do setor público. Esse desafio ocupa hoje na agenda brasileira o mesmo lugar da hiperinflação na época do Real.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Carazza estuda a "casta" dos privilegiados

Lucas Ferraz De São Paulo

O economista Bruno Carazza lançou nesta terça-feira (2), na sede da Fundação Dom Cabral em São Paulo, o primeiro volume de "O país dos privilégios" (Companhia das Letras), obra em que analisa a criação e a manutenção dos privilégios no Brasil. O primeiro volume, sobre os "novos e velhos donos do poder", é dedicado aos **servidores públicos** da cúpula dos três Poderes.

Colunista do Valor e comentarista econômico do "Jornal da Globo", Carazza participou de um debate na terça-feira na Fundação Dom Cabral, onde leciona, que foi mediado pela jornalista Renata Lo Prete, apresentadora da TV Globo, e teve ainda a participação do economista Arminio Fraga, ex-presidente do Banco Central no governo Fernando Henrique Cardoso, da pesquisadora da Fundação Getúlio Vargas (FGV) Gabriela Lotta e da procuradora do Ministério Público de Contas do Estado de São Paulo Élide Graziane.

"O objetivo do livro é mostrar as potencialidades que o Brasil não aproveita, como o Estado não cumpre o seu papel, com políticas públicas que não dão certo, com baixo crescimento e a baixa competitividade. A chave de tudo isso está nos privilégios", afirmou o autor. Ele claramente se inspirou - como admite - num clássico brasileiro, "Os donos do poder", livro publicado no final da década de 1950 pelo jurista e sociólogo Raymundo Faoro sobre o patrimonialismo da monarquia portuguesa e como ele sobreviveu no Brasil moderno.

A obra é dividida em três volumes, como Carazza brincou, em razão do grande número de privilégios no Brasil. O segundo volume da trilogia, dedicado aos benefícios do mundo privado, deve ser lançado no segundo semestre do ano que vem, enquanto o terceiro e último, sobre os privilegiados do andar de cima da sociedade, deve sair só em 2026.

"Ao contrário do que as pessoas pensam, a estrutura do Estado brasileiro não é grande no número de servidores. Mas o Estado pesa porque algumas categorias pressionam e têm grande sucesso nesse lobby", disse Carazza.

Um exemplo presente no primeiro volume dessas "castas", como citado pelos debatedores, está nos privilégios destinados aos magistrados e aos membros do Ministério Público, cujos integrantes costumam ter salários muito superiores ao teto estipulado pela

Constituição - que deveria seguir como guia o rendimento mensal dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), de R\$ 44 mil.

"Há uma captura do Estado [pelo grande número de privilégios], A visão panorâmica trazida pelo livro é impressionante e chama atenção o poder do lobby. Não há arquitetura que impeça o efeito escada", disse Arminio Fraga, para quem a reforma administrativa do Estado, meta perseguida por muitos e defendida pelos presentes, é uma tarefa para os políticos, não para os tecnocratas.

A pesquisadora Gabriela Lotta, que estuda o funcionalismo brasileiro, chamou a atenção que as desigualdades e privilégios expostos no livro refletem, de certa maneira, a realidade da desigualdade no país, sobretudo em relação à gênero e raça.

"A organização do Estado brasileiro passa a ser um fim em si mesmo. Os privilégios vão corroendo o sistema e acabam até mesmo com a legitimidade dos servidores para servir o público", afirmou a procuradora Élide Graziane, que citou entre os tantos privilégios debatidos no livro a estrutura previdenciária dos militares, muito mais benéfica e rentável que a dos civis.

Bruno Carazza fará um segundo lançamento de "O país dos privilégios" em São Paulo nesta quarta-feira (3), com debate com a jornalista Mônica Waldvogel, a partir das 19h, na Livraria da Travessa (rua dos Pinheiros, 513).

"A visão trazida é impressionante, e chama atenção o poder do lobby" Arminio Fraga

"A organização do Estado passa a ser um fim em si mesmo" Gabriela Lotta

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187918?page=1§ion=1>

Haddad nega reduzir IOF cambial para segurar dólar

Brasília - O governo federal não pretende reduzir o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) sobre o câmbio para segurar a alta do dólar, disse ontem, em Brasília, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Ele afirmou que uma comunicação melhor sobre o arcabouço fiscal e a autonomia do Banco Central (BC) é necessária para conter a desvalorização do real. "Não sei de onde saiu esse rumor [do IOF]. Aqui na Fazenda, estamos trabalhando uma agenda eminentemente fiscal com o presidente [Luiz Inácio Lula da Silva] para apresentar a ele propostas para cumprimento do arcabouço em 2024, 2025 e 2026. Acredito que o melhor a fazer é acertar a comunicação, tanto em relação à autonomia do Banco Central, quanto em relação ao arcabouço fiscal", declarou o ministro após reunião com deputados para discutir a regulamentação da **reforma tributária**. Depois de fechar a segunda-feira a R\$ 5,65, o dólar encerrou a terça-feira a R\$ 5,66, devido a influências externas e a falas de Lula contra o presidente do BC, Roberto Campos Neto.

Haddad reiterou a necessidade de melhoria na comunicação. "Não vejo nada fora disso, autonomia do Banco Central e rigidez do arcabouço fiscal. É isso que vai tranquilizar as pessoas. Uma atenção mais em comunicação do que de outra coisa", declarou o ministro. Atualmente, quem faz qualquer operação cambial, como compra no cartão no exterior- paga 4,38% de IOF. Para compra de moeda estrangeira em espécie, a taxa é de 1,1% e deve ser zerada em 2028. Até 2022, incidiam 6% de IOF sobre empréstimos de até 180 dias, mas a taxa foi zerada naquele ano. O Brasil está diminuindo a tributação sobre o câmbio como compromisso para o país entrar na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Haddad informou que se encontrará hoje e com Lula para tentar avançar em um plano de revisão de gastos e de cortes de despesas. Segundo o ministro, o presidente está preocupado com a alta da moeda norte-americana. "Ele [Lula] está preocupado. Ele elogiou o arcabouço fiscal, elogiou a autonomia do Banco Central e é nessa linha que vamos despachar com ele. Esses rumores, sinceramente, eu penso que [partem] de gente interessada. Eu não sei de onde saem essas questões. Não é normal. Quando me perguntam eu respondo aquilo que nós estamos trabalhando. Nós estamos trabalhando na agenda

fiscal", concluiu o ministro.

Em entrevista à rádio Sociedade, de Salvador, ontem, Lula atribuiu a alta do dólar a "interesse especulativo contra o real". "Obviamente que me preocupa essa subida do dólar. É uma especulação. Há um jogo de interesse especulativo contra o real nesse país. Não é normal o que está acontecendo. Temos que fazer alguma coisa", declarou. Segundo ele, "não se pode inventar crises" e "jogar a culpa" nas declarações do presidente da República. O petista se referiu às críticas recentemente feitas por ele sobre a atuação de Roberto Campos Neto e a condução da política monetária em manter a taxa Selic em 10,5% ao ano. Na mesma entrevista, inclusive, o presidente reforçou seu posicionamento. "O que não dá é você ter alguém dirigindo o BC com viés político. Definitivamente, acho que ele [Campos Neto] tem um viés político, mas não posso fazer nada, porque é o presidente do BC, tem mandato, foi eleito pelo Senado. Eu tenho que esperar terminar o mandato e indicar alguém", disse.

Lula ainda disse que o BC é um banco do "Estado brasileiro" e por isso a instituição não pode estar a serviço do mercado financeiro, mas da população. "A gente precisa manter o Banco Central funcionando de forma correta, com autonomia, para que o presidente do Banco Central não fique vulnerável às pressões políticas. (...) Quando você é autoritário, resolve fazer com que o mercado se apodere de uma instituição que deveria ser do Estado. Ele não pode estar a serviço do sistema financeiro, ele não pode estar à serviço do mercado", ressaltou. "É preciso cuidar dos gastos públicos. E ninguém nunca cuidou mais dos gastos públicos do que eu. O que eu não posso é aceitar a ideia de que é preciso acabar com benefício de pobre", completou.

feira

O presidente esteve na Igreja de Nossa Senhora da Solenidade, na capital baiana, e participou do cortejo de 2 de Julho, que celebra o fim da guerra de independência do Brasil na Bahia. Sob forte esquema de segurança, ele subiu em uma caminhonete e percorreu ruas e ladeiras do Centro antigo de Salvador em clima de campanha eleitoral, com uma disputa entre vaias e aplausos durante o trajeto. Como numa carreata, o petista estava acompanhado da chapa completa de aliados que terão o seu apoio em

Salvador: o vice-governador Geraldo Júnior (MDB), pré-candidato a prefeito, e a sua candidata a vice, a petista Fabya Reis. Ao lado do governador Jerônimo Rodrigues (PT), percorreram um trajeto de cerca de um quilômetro em 40 minutos. Lula não discursou nem deu entrevistas. Na maior parte do trajeto, o petista foi aplaudido e celebrado por grupos de apoiadores. Mas desta vez, ao contrário do ano passado, também ouviu vaias que partiram de aliados do prefeito Bruno Reis (União Brasil).

"DINOSSAURO IDIOTA"

O presidente da Argentina, Javier Milei, chamou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva de "dinossauro idiota", corrupto e comunista em publicação em seu perfil no X (antigo Twitter), ontem. Ele disse que o brasileiro teve forte interferência nas eleições argentinas. "Se tivéssemos feito as coisas como esse grande dinossauro idiota, o LLA [partido de Milei] teria perdido. Depois dos ataques de Lula (especialmente sua forte interferência na campanha eleitoral e sólido apoio à campanha mais suja da história), ele reclama porque eu lhe respondo com sinceridade (ele foi preso por corrupção e é comunista)", disse Milei. As críticas ocorrem pouco antes da viagem de Milei ao Brasil. Ele participará no sábado da Conferência de Ação Política Conservadora, em Balneário Camboriú (SC), onde o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) também irá discursar.

Site: <https://digital.em.com.br>

De olho na selic

LUANA REIS E PAULO RENATO NEPOMUCENO

O dólar comercial voltou a subir ontem, tendo sido negociado a R\$ 5,70 na máxima do dia, para encerrar em alta de 0,22%, a R\$ 5,66, a maior cotação desde 10 de janeiro de 2022. A persistente valorização da moeda americana tem puxado a curva dos juros futuros, um sinal de que o mercado já começa a apostar que o Banco Central (BC) terá de elevar a taxa básica de juros (Selic), hoje em 10,5% ao ano, para conter a **inflação**.

O desempenho do dólar no Brasil foi na contramão do exterior, onde a moeda se desvalorizou com sinalizações do presidente do Federal Reserve (o BC americano), Jerome Powell, de que os EUA estão caminhando para a desinflação, o que pode permitir a redução dos juros à frente.

Somente nos dois primeiros dias deste mês o dólar avançou quase 2%. No ano, a moeda acumula valorização de mais de 17%. Para analistas, o câmbio opera em alta excessiva, com elevado prêmio de risco. Eles avaliam que não há fundamentos na economia neste momento que expliquem essa valorização.

Segundo analistas, não se sabe que patamar o dólar pode atingir enquanto não houver sinalização mais clara do governo sobre o cenário fiscal.

"PULGA ATRÁS DA ORELHA"

Pela manhã, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse que a alta do dólar era preocupante e que fazia parte de um jogo "especulativo" e de "interesses" contra o real e disse que se reunirá hoje com a equipe econômica para debater medidas: -Obviamente que me preocupa essa subida do dólar, é uma especulação, é um jogo de interesses especulativo contra o real neste país -disse Lula em entrevista à rádio Solidariedade, de Salvador.

Depois das declarações do presidente, a moeda americana chegou a bater R\$ 5,68. Para Victor Beyruti, economista da Guide Investimentos, a escalada do dólar é uma reação do mercado às incertezas no cenário fiscal: - Não é uma questão especulativa, mas uma questão de risco do mercado, que reage às incertezas se protegendo. Tudo isso prejudica ainda mais a percepção de risco no Brasil, que já é muito afetada pelo fiscal, enquanto não há nenhuma sinalização concreta de que o governo vai cortar despesas.

Para Alexandre Viotto, diretor de banking e câmbio da EQI Investimentos, a fala de Lula deixou "uma pulga atrás da orelha", pelo receio de que o governo tome medidas que tragam mais nervosismo.

Apesar de o BC ter sinalizado que a Selic deve permanecer em 10,50% pelo tempo que for necessário até a **inflação** desacelerar, o mercado começa a se questionar se a autoridade monetária não se verá obrigada a elevar a taxa básica de juros ainda este ano. Analistas argumentam que, na ata da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), o cenário alternativo considerava um dólar mais baixo do que o visto atualmente.

Desde 19 de junho, a última reunião do Copom, o dólar subiu mais de 4%. Bruno Martins, economista sênior do BTG Pactual, destaca que as expectativas de **inflação** também se deterioraram: -A tendência é que piore ainda mais, por conta dessa depreciação forte no curto prazo, então muito provavelmente esse cenário de ciclo (da Selic) constante não vai se concretizar, e pode ser que o Banco Central suba os juros ainda este ano.

Ele ressalta que o BTG ainda não alterou seu cenário-base, de Selic a 10,50% no fim de 2024. A projeção atual do banco para o dólar ainda é de R\$ 5,20, mas, segundo Martins, o BTG considera revisar essa estimativa.

MERCADO VÊ IPCA MAIOR

Pela curva de juros, o mercado vê uma alta de 0,5 ponto percentual na Selic ainda neste ano. Isso não necessariamente significa que os analistas acreditem que isso irá ocorrer, visto que os contratos de DI são tidos como ativos "seguros" e são muito buscados em momentos de risco e incerteza. Os contratos com vencimento em janeiro de 2025 até recuaram ontem, de 10,83% para 10,76%, mas estão acima dos 10,5% da Selic.

-O prêmio da curva de juros não está aumentando por influência da **inflação**, mas sim pelo cenário local, com risco fiscal e recentes falas do Lula, com ataques ao Banco Central -disse Luan Arai, especialista em dólar da Genial Investimentos.

Ele ainda considera prematuro pensar em alta da Selic, mas reconhece que, se o dólar não recuar, haverá pressão sobre a **inflação**.

O último Relatório Focus, divulgado na segunda-feira, já apontava IPCA a 4% no fim do ano, contra 3,88% um mês antes. O centro da meta do governo é 3%. Analistas destacam que será importante acompanhar, nos próximos dias, as projeções para a **inflação**, ou seja, o quanto da alta do dólar será incorporado na previsão para os preços, o que pode forçar o BC a subir os juros.

O gestor de um banco internacional afirma que as declarações de Lula têm pesado no mercado porque faltam ações concretas do governo que sinalizem compromisso com a responsabilidade fiscal. Ele faz um paralelo com o primeiro ano do atual governo Lula, quando este também criticou a atuação do BC sob a gestão de Roberto Campos Neto: - Em 2023, Lula falava, mas o governo apresentou o arcabouço fiscal, houve a aprovação da **Reforma Tributária**, ou seja, houve fatos que motivavam uma melhor avaliação do mercado. Agora, em junho, um dia depois de os ministros Fernando Haddad (Fazenda) e Simone Tebet (Planejamento) se reunirem para discutir corte de gastos, Lula foi a público dizer que não endossava nenhuma das medidas ventiladas.

Segundo esse gestor, quando Lula critica Campos Neto, o mercado financeiro teme uma "tombinização" quando houver a troca de comando no BC, em 2025. É uma referência à gestão de Alexandre Tombini na autarquia, no governo Dilma Rousseff, quando os juros caíram mesmo em cenário de alta do dólar e **inflação** sob pressão.

PODERIA IR A R\$ 6 OU R\$ 7

Outro ponto é o peso do cenário internacional. Um gestor de renda variável de um grande banco global ressaltou que "os gatilhos do noticiário externo reverberam de forma muito mais intensa no Brasil diante das incertezas fiscais do país, que sofre bem mais que os outros emergentes". Entre esses gatilhos está o avanço de Donald Trump nas eleições americanas este ano.

No cenário interno, a principal preocupação é com o horizonte fiscal a médio prazo. Ainda que o governo consiga manter o déficit fiscal entre 0,5% e 0,7% do **PIB** este ano, há dúvidas sobre como será o resultado já em 2025. Segundo um gestor, a arrecadação deste ano dependeu muito de medidas de efeito único, como a tributação de fundos exclusivos. Ele afirma que "os gastos continuam a subir e não vemos muito espaço para ampliar a arrecadação." Um analista afirma que o comentário recorrente no mercado financeiro é que o dólar não ficará no patamar de R\$ 5,65, por não ter relação com os fundamentos da economia brasileira. A dúvida é se o governo apresentará medidas que

mostrem compromisso com a responsabilidade fiscal - e o dólar voltaria para perto de R\$ 5 -, ou se vai se confirmar um cenário leniente com as contas públicas. Nesse caso, a cotação poderia superar R\$ 6 ou até mesmo R\$ 7.

No fim do dia, circulou o rumor de que o BC havia contatado algumas mesas de operação de bancos para saber se haveria demanda por swap cambial, medida que aumenta a oferta de dólar no mercado. Segundo analistas, quando há esse tipo de contato, é sinal de que pode haver uma intervenção pela autoridade monetária para segurar a divisa. Mas o BC anunciou apenas uma rolagem de contratos para hoje, disseram especialistas.

"Não é uma questão especulativa, mas uma questão de risco do mercado, que reage às incertezas se protegendo. Tudo isso prejudica ainda mais a percepção de risco no Brasil, que já é muito afetada pelo fiscal, enquanto não há nenhuma sinalização concreta de que o governo vai cortar despesas" Victor Beyruti, economista da Guide Investimentos

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Dívida dos estados: nova proposta é abater gasto com segurança

VICTORIAABEL BRASÍLIA

Governadores de Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás e Rio Grande do Sul defenderam a inclusão de despesas com custeio das áreas de educação, infraestrutura e segurança pública nos valores a serem abatidos da dívida dos estados com a União. Os chefes dos executivos estaduais participaram de reunião com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), na tarde de ontem, em Brasília, para discutir o assunto.

A proposta atual do governo prevê que a dedução poderia ocorrer apenas levando em conta gastos com novos investimentos em educação e infraestrutura. Agora, os governadores pedem a inclusão também de gastos com segurança pública para esse abatimento.

O governador Eduardo Leite, do Rio Grande do Sul, afirmou que determinar que os gastos somente poderiam ser usados para investimentos pode restringir a possibilidade de abatimento da dívida a novos projetos, enquanto o estado tem necessidade de fazer, por exemplo, reformas em estruturas e escolas já existentes.

-É meritório que a gente avance em financiamento da educação, mas vai abrir um capítulo de discussão sobre o que se considera esse investimento, que tipos de gastos na educação que poderão estar compreendidos, como que vai comprovar esses gastos, tudo isso vai gerando incertezas, inseguranças e preocupações -disse Leite.

E complementou: - Quanto mais a gente consiga ter maior abertura na possibilidade desses gastos nas determinadas áreas é importante para que a gente não abra um novo capítulo de discussão. O principal foco é reduzir o comprometimento dos orçamentos dos estados com a dívida.

FUNDO REGIONAL

Leite ainda defendeu a possibilidade de os estados utilizarem suas parcelas do Fundo de Desenvolvimento Regional da **Reforma Tributária** como saldo para abatimento das dívidas. O fundo será criado para compensar possível perdas do estados com o novo sistema de **impostos** e foi previsto na PEC da reforma.

-A possibilidade de trazer, por exemplo, o Fundo de Desenvolvimento Regional, que está atribuído na **Reforma Tributária**, como recurso para que os estados acessem. Como já está lá definido quais são os valores que serão distribuídos entre os estados, que a gente possa de repente trazer isso como um valor a ser descontado no estoque da dívida nos estados, abrindo mão da participação desse fundo - afirmou Leite.

Os governadores entendem que o ideal seria a cobrança apenas do IPCA na correção das dívidas, ou de no máximo um acréscimo de 1% ao índice de **inflação**. Hoje são cobrados juros de 4%, mais IPCA. O Ministério da Fazenda, porém, já disse que será necessário as condicionantes para tais reduções.

-A União tem se comportado como um banqueiro - disse Romeu Zema.

O texto ainda não está pronto, mas a expectativa é que seja apresentado ainda nesta semana, para votação antes do recesso. Rodrigo Pacheco quer que a proposta avance diretamente para votação no plenário da Casa.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Lula defende inclusão de carnes na cesta desonerada

Fabio Murakawa, Jéssica Sant"Ana, Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro De Brasília

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) defendeu na terça-feira (2) a inclusão de carnes na cesta básica desonerada da **reforma tributária**. Pela proposta oficial do próprio governo, as proteínas animais estariam na chamada cesta básica estendida, com alíquota de 40% da padrão. A declaração de Lula foi dada em um dia de reuniões entre deputados dos grupos de trabalho da regulamentação da reforma.

"Sou favorável [à inclusão da carne na cesta básica na **reforma tributária**]. Tem vários tipos de carne. A carne chique pode pagar um impostozinho. O frango, o músculo, o acém, o coxão mole, tudo isso pode ser evitado [de pagar tributo]. Eu acho que a gente precisa colocar a carne na cesta básica, sim, sem pagar imposto", defendeu o presidente entrevista à Rádio Sociedade, durante visita à Bahia.

O assunto deve ser tratado no projeto de lei que trata das regras de funcionamento da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), tema de um dos grupos da Câmara. O outro colegiado trata do texto que institui o Comitê Gestor do IBS.

Nessa segunda frente, um dos temas tratados foi a definição sobre as regras de um ressarcimento de R\$ 3,8 bilhões pagos pelos Estados à União para financiar o funcionamento do órgão, afirmaram os parlamentares.

O entendimento, até o início da noite de terça-feira, era de uma decisão favorável ao governo federal. Os deputados foram convencidos pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, diante do impacto fiscal da medida, que pode ter efeitos já a partir de 2027.

O texto determina que o governo federal desembolsará R\$ 3,8 bilhões para financiar a criação e funcionamento do comitê-gestor durante o período de transição da **reforma tributária**. O IBS é um imposto estadual/municipal, mas a União bancaria a criação do comitê enquanto o novo imposto não está em funcionamento - e depois seria ressarcida por esse empréstimo.

O repasse do governo federal começará em R\$ 600

milhões em 2025 e chegará a R\$ 1,2 bilhão em 2028. A partir de junho de 2029, os Estados e municípios começarão a devolver o dinheiro, num parcelamento que demorará dez anos. Mas defendem que o reajuste das parcelas ocorra pela **inflação**, medida pelo índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Já o governo federal quer corrigir os valores pela taxa Selic, a taxa básica de juros da economia. Na reunião da terça-feira, segundo deputados do GT, Haddad pediu que essa proposta seja aprovada porque uma devolução menor de dinheiro causará impacto no resultado primário do governo federal, que já vive um quadro de dificuldades nas contas.

"O ministro falou que, se fizer diferente [pelo IPCA], terá impacto primário. E trazer impacto primário, agora, para ele não é adequado. Pondero aos Estados que não vamos insistir nesta questão, é pouca coisa, inclusive pelos valores repartidos", afirmou o deputado Mauro Benevides (PDT-CE) durante audiência pública com representantes dos governadores.

Os deputados também informaram que vão determinar que os julgamentos do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** sobre a CBS e do comitê-gestor sobre o IBS sejam vinculados a jurisprudência firmada pelo fórum de harmonização.

De acordo com eles, o projeto de lei não previa isso, o que poderia causar divergências de aplicação do IBS e da CBS no futuro, apesar de os dois **impostos** terem a mesma legislação.

Uma empresa poderia ser cobrada pelo imposto no âmbito federal, por exemplo, mas ficar isenta no julgamento em âmbito estadual, o que causaria insegurança jurídica.

"Vamos fortalecer o comitê de harmonização para que o IBS e CBS, que hoje nascem irmãos, não se tornem primos distantes", afirmou o deputado Pedro Campos (PSB-SP).

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187918?page=1§ion=1>

Haddad nega possibilidade de baixar IOF para conter alta

O governo não pretende reduzir o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) sobre o câmbio para segurar a alta do dólar, disse ontem, em Brasília, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Ele afirmou que uma comunicação melhor sobre o arcabouço fiscal e a autonomia do Banco Central (BC) significa a principal ação necessária para conter a desvalorização do real.

"Não sei de onde saiu esse rumor [do IOF]. Aqui na Fazenda, estamos trabalhando uma agenda eminentemente fiscal com o presidente para apresentar a ele propostas para cumprimento do arcabouço em 2024, 2025 e 2026. Eu acredito que o melhor a fazer é acertar a comunicação, tanto em relação à autonomia do Banco Central, quanto em relação ao arcabouço fiscal".

Atualmente, quem faz qualquer operação cambial - como compra no cartão no exterior - paga 4,38% de IOF. Para compra de moeda estrangeira em espécie, a taxa é de 1,1% e deve ser zerada em 2028.

Reforma tributária

Haddad falou também sobre **reforma tributária**. Para ele, apesar da complexidade, o projeto de lei que regulamenta a reforma tem condições de ser aprovado antes do recesso parlamentar. O ministro reuniu-se ontem com os deputados do grupo de trabalho do projeto que regulamenta o Comitê Gestor, órgão composto por representantes dos estados e dos municípios que administrará o futuro Imposto sobre Bens e Serviços (IBS).

"Recebemos hoje a segunda comissão da regulamentação da tributária. Está todo mundo bastante otimista com o calendário", disse.

Site:

https://digital.mflip.com.br/pub/editoraatarde/?key=ab_E95B84FE31592CF1929C3B1F288A48C85CBE7C9EE3FE1675E2DF025F02FF4CA1AEEC9C2BE00EB6F0F3D4618CF45745ED37B31AE6C2FFD29015034381E9614CF1B5B122C41BB7A29DEA5513CD18A5C999ED483943F250838FF75CAE24BBD4AEB126A40D907A4FA9FB08B28C3A6BBB5895DBC87CB987BB3717EC325

"Precisamos colocar a carne na cesta básica", diz Lula

AGÊNCIA BRASIL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva defendeu, ontem, a inclusão da carne na lista de produtos da cesta básica com alíquota zero. Segundo ele, é preciso fazer uma diferenciação. Carnes, que ele chamou de chiques, continuariam tributadas. Eas que fazem parte do dia a dia das pessoas teriam a isenção.

"Você tem vários tipos de carne: tem carne chique, de primeiríssima qualidade, que quem consome ela pode pagar um impostozinho. Agora você tem um outro tipo de carne que é a carne que o povo consome. Eu não entro em detalhe, porque tem muita gente importante trabalhando nisso. Mas eu acho que a gente precisa colocar a carne na cesta básica, sim."

A declaração de Lula foi durante uma entrevista à Rádio Sociedade da Bahia, e veio na semana em que os grupos de trabalho da regulamentação da **Reforma Tributária** na Câmara finalizam os textos. Pela proposta inicial do governo, as carnes entram na categoria estendida, com isenção de 60%, mas o presidente disse que a proposta do governo não é algo irrevogável, e que pode mudar. "Se é possível fazer isso, eu não sei. Nós temos 513 deputados - são 513 cabeças -, além de 81 senadores - mais 81 cabeças -, e tem a proposta do governo".

Site:

https://digital.mflip.com.br/pub/editoraatarde/?key=ab_E95B84FE31592CF1929C3B1F288A48C85CBE7C9EE3FE1675E2DF025F02FF4CA1AEEC9C2BE00EB6F0F3D4618CF45745ED37B31AE6C2FFD29015034381E9614CF1B5B122C41BB7A29DEA5513CD18A5C999ED483943F250838FF75CAE24BBD4AEB126A40D907A4FA9FB08B28C3A6BBD5895DBC87CB987BB3717EC325

Haddad se diz otimista com regulamentação

Apesar da complexidade, o projeto de lei que regulamenta a **reforma tributária** tem condições de ser aprovado antes do recesso parlamentar com aperfeiçoamentos no texto, disse ontem o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Ele reuniu-se com os deputados do grupo de trabalho do projeto que regulamenta o Comitê Gestor, órgão composto por representantes dos estados e dos municípios que administrará o futuro Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). "Recebemos hoje (ontem) a segunda comissão da regulamentação da tributária. Está todo mundo bastante otimista com o calendário, com a qualidade do texto, com os aperfeiçoamentos que certamente o Congresso vai apresentar, mas confiantes de que vai ser um texto melhor, do ponto de vista técnico e político e social", disse Haddad. O recesso parlamentar está previsto para começar no dia 18 de julho.

Ele não comentou a proposta do presidente Lula de incluir, na lista de isenções da cesta básica, apenas carnes consumidas pela população mais pobre. Em entrevista a uma rádio da Bahia, o presidente defendeu a isenção de imposto somente da "carne que o povo consome", cobrando imposto somente sobre carnes nobres, como a picanha. Segundo o ministro, o Congresso está tratando a **reforma tributária** sem distinções partidárias. "Se tem um processo suprapartidário que está acontecendo no Brasil, é o da **reforma tributária**".

Site:

<https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/?edicao=11131>

Reforma Tributária deve ser concluída antes do recesso

Após se reunir com parlamentares, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, demonstrou otimismo com a votação da regulamentação da **Reforma Tributária** antes do recesso parlamentar. Congressistas têm expectativa de votar os textos na próxima semana. "Recebemos a segunda comissão da regulamentação da tributária, está todo mundo bastante otimista com calendário, com a qualidade do texto, com os aperfeiçoamentos que certamente o Congresso vai apresentar", disse o ministro.

Haddad não quis entrar em detalhes sobre as discussões em torno da ampliação de itens da cesta básica que terão isenção, após o presidente Lula falar sobre a inclusão da carne neste rol novamente. O petista defendeu uma diferenciação no tributo a partir dos tipos de proteína. Ele disse apenas que o debate está sendo feito. "Já mandamos nosso PL ao Congresso, com a cesta básica definida, com a participação do presidente".

Site:

<https://edicaoimpressa.folhape.com.br/books/kmga/#p=1>

Governo quer evitar que isenção para carnes aumente imposto

(Com Lucyenne Landim/O Tempo Brasília e Folhapress)

A equipe econômica do governo federal já busca alternativas e faz contas para evitar que eventuais novas isenções propostas durante a regulamentação da **reforma tributária** resulte em aumento da alíquota-padrão dos **tributos** a serem criados, o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), para Estados e municípios, e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), para a União.

A preocupação veio à tona com a proposta - feita pelo grupo de trabalho da Câmara do Deputados, que analisa o primeiro texto da regulamentação da reforma - de incluir a carne e o sal na cesta básica com alíquota zero. Os sete parlamentares do grupo propuseram anteontem ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que as proteínas bovinas, de frango e peixe sejam isentas de imposto.

Ontem, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) voltou a defender a proposta, mas dependendo do tipo de proteína. Na avaliação do petista, é preciso fazer essa "diferenciação". "Você tem vários tipos de carne. Tem carne chique, de primeiríssima qualidade, que o cara que consome pode pagar um impostozinho. Agora, você tem outro tipo de carne, que é a carne que o povo consome. Frango, por exemplo, não precisa ter imposto. Ovo faz pane do dia a dia. Uma carne, sabe, um músculo, um acém, coxão mole. Tudo isso pode ser evitado (em relação ao pagamento de imposto)", afirmou Lula em entrevista à rádio Sociedade, de Salvador (BA).

A decisão de não colocar nenhuma proteína animal na cesta básica isenta de tributação foi da equipe do ministro Haddad. A justificativa é que a inclusão da carne pode elevar em 0,6 ponto percentual a alíquota média da CBS e IBS, que passaria de 26,5% para 27,1%. A equipe de Haddad argumentava que, mesmo fora da lista de produtos com alíquota zero, as carnes teriam alívio da tributação com a entrada em vigor gradual da reforma.

ALTERNATIVAS. Nos bastidores, a inclusão da proteína animal na cesta básica nacional já é dada como certa. E a alternativa para evitar queda na receita ou aumento da alíquota-padrão do IBS e da CBS pode ser a inserção de mais produtos no Imposto Seletivo (IS), o "imposto do pecado", que terá

alíquotas maiores e vai incidir sobre itens que fazem mal à saúde e ao meio ambiente, como cigarro, bebidas e armas. A ideia do grupo do trabalho da Câmara é acrescentar carros elétricos e apostas online.

Na mesma linha, o ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Paulo Teixeira, defende a taxa dos produtos ultraprocessados e açucarados e dos agro-tóxicos pelo IS, com a desoneração das carnes. "Estamos defendendo nesta nova fase da **reforma tributária** que os alimentos in natura e aqueles alimentos com baixo processamento não tenham tributação. Em contrapartida, nós achamos que os alimentos ultraprocessados têm que ter uma tributação forte", disse Teixeira. Ele disse ainda que "Haddad vai apoiar a ideia".

O deputado Claudio Cajado (PP-BA), que integra o grupo de trabalho, disse que há diversas demandas que são analisadas antes da formulação do relatório e, por isso, o grupo parte de duas premissas: manter a neutralidade tributária da atual carga de cada setor e não aumentar a carga total prevista de 26,5%. Cajado afirma que aumentar os produtos da cesta básica, por exemplo, é uma questão que envolve tecnicidade, porque pode afetar a alíquota final, mas também é uma "demanda mais política".

Já Haddad explicou que o secretário extraordinário da **Reforma Tributária**, Bernard Appy, ficou de informar o grupo de trabalho sobre o impacto da medida. "Isso foi discutido, e o Appy ficou de passar a eles o impacto de cada excepcionalidade, do mesmo jeito que nós fizemos com a PEC da **Reforma Tributária**. A cada proposta, nós temos um modelo que funciona. Funcionou bem na PEC", disse o ministro.

Prioridades

Especialista diz que alimentos saudáveis deveriam ser isentos

O debate em torno dos itens da cesta básica que serão isentos com a **reforma tributária**, realizado por um grupo de trabalho formado por deputados federais, vem recebendo pressão dos mais diversos lobbies das indústrias de produção no Brasil. Nesta semana, a Associação Brasileira de Supermercados (Abras), por exemplo, emitiu um **comunicado** afirmando

considerar um equívoco incluir na cesta básica nacional apenas carnes menos nobres, deixando as peças mais caras fora da desoneração fiscal.

Marília Sobral, coordenadora de inovação e estratégia da ACT Promoção da Saúde, participou dos debates e disse que, muitas vezes, os setores empresariais têm acessos prioritários nas discussões.

A especialista aponta que, no primeiro momento, os alimentos mais saudáveis e menos prejudiciais à saúde deveriam ser o foco da desoneração, enquanto os ultraprocessados deveriam, por outro lado, ser sobretaxados. Para ela, estes deveriam entrar na lista do "imposto do pecado", na qual já estão cigarro e bebidas.

"A evidência sobre os malefícios dos ultraprocessados está bem robusta. Recentemente uma pesquisa os associou a mais de 30 doenças. Além disso, os impactos no meio ambiente estão ficando cada vez mais claros", explica.

De acordo com Marília, a isenção de **impostos** pode garantir que alimentos ricos em nutrientes possam estar mais presentes nas refeições dos brasileiros. "O acesso à alimentação saudável está cada vez mais distante da mesa dos brasileiros. Isso tem várias razões, e uma delas é essa situação tributária atual. Os alimentos saudáveis, principalmente in natura, não têm um tratamento fiscal favorável comparados aos ultraprocessados, que conseguem absorver choques de **inflação** porque em sua composição não tem só ingredientes orgânicos", explicou. (Pedro Faria)

Tributação chega a um terço do preço final

Atualmente, não há uma cobrança de **impostos** diferenciada de acordo com os cortes da carne, como defendido pelo presidente Lula (PT). Segundo dados do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT), a carga tributária é diferenciada em relação aos tipos de proteínas, mas todas com alíquotas consideradas altas, que podem chegar a um terço do preço final do produto.

A carne vermelha, por exemplo, é taxada em 29%. Já o frango tem alíquota de 26,80%; a do ovo é 20,59%; do camarão, 33,29%; e cheddar, peru e pernil, 29,32%. Mas a maior taxa é sobre o peixe: 34,48%.

A lista de itens que devem contar com a isenção tributária está em debate na proposta de regulamentação da **reforma tributária**, que deve ter o texto finalizado hoje. A intenção é que o tema seja votado na Câmara dos Deputados na próxima semana.

Atualmente, a cesta básica nacional possui uma variedade que chega a cem itens e, após a aprovação do texto que regulamentará a isenção de **impostos**, a expectativa é que a lista seja reduzida para cerca de 35 produtos.

Com isso, diversos setores da indústria e comércio vêm intensificando a pressão em cima das autoridades para manter seus produtos de interesse dentro da cesta básica.

Fundo fechado Avaliação. O Ministério da Fazenda avalia deixar isentos os fundos de previdência fechados. Esses fundos são restritos a funcionários de uma empresa.

Site: <https://meu-perfil.otempo.com.br/jornal-digital>

Construção civil deve ampliar isenção para até 50% na reforma tributária após reclamações (Reforma tributária)

O GT (Grupo de Trabalho) da Câmara responsável pela relatoria do projeto de lei 68/2024, que regulamenta a incidência dos futuros **impostos** sobre consumo CBS e IBS, bateu o martelo para ampliar a isenção do setor de construção civil de 20% para uma alíquota entre 40% e 50%, apurou a Folha .

A alíquota final será decidida pelo presidente Arthur Lira nesta quarta-feira (3).

O setor começou a negociação na Câmara pedindo desconto de 80% na alíquota média estimada de 26,5% para os novos **tributos** incidentes sobre novos empreendimentos imobiliários. Nas últimas semanas, o pleito baixou para 60%.

Como mostrou a Folha ,o setor teme uma disparada dos preços de imóveis, terrenos e aluguéis com a **reforma tributária**. Um levantamento da Frente Parlamentar da Habitação e do Desenvolvimento Urbano Sustentável indicou que, com a nova tributação, o valor de compra de imóveis pode aumentar 10% com a com a nova tributação.

O grupo de trabalho avaliou que o impacto poderia prejudicar investimentos e empregos em um dos setores de maior uso intensivo de mão de obra no país. A ampliação entre 40% e 50% foi definida como limite máximo.

A alíquota final será definida na manhã desta quarta-feira em reunião entre os sete integrantes do GT e Lira, que vai apresentar os principais pontos do relatório a líderes partidários.

O presidente deve arbitrar sobre este e outros pontos de tensão com segmentos econômicos para divulgar o texto final na quinta-feira (4). Depois o texto será coloca em debate antes da votação em plenário na próxima semana.

benefício do assinante

Você tem 7 acessos por dia para dar de presente. Qualquer pessoa que não é assinante poderá ler.

benefício do assinante

assine ou faça login

Site: <https://www1.folha.uol.com.br/blogs/que-imposto-esse/2024/07/construcao-civil-deve-ampliar-isencao-para-ate-50-na-reforma-tributaria-apos-reclamacoes.shtml>

Tributar exportação de minério com Imposto Seletivo é inconstitucional, diz Ibram (Reforma tributária)

O Ibram (Instituto Brasileiro de Mineração) quer tirar o minério de ferro da lista de produtos sujeitos ao Imposto Seletivo, criado pela **reforma tributária** para taxar itens prejudiciais à saúde e ao meio ambiente a partir de 2027.

O setor também trabalha com outras alternativas no Congresso. "A principal é a não incidência sobre exportação. Não faz sentido. É inconstitucional", diz o presidente do Ibram, o ex-ministro Raul Jungmann.

Ele afirma que o seletivo é destinado a desincentivar o consumo de produtos que trazem problemas à saúde ou ao meio ambiente. Já a compensação pelo impacto ambiental de atividades como a mineração é feita por meio da CFEM (Compensação Financeira pela Exploração Mineral).

"A atividade econômica [mineração] tem impacto no meio ambiente, isso é indiscutível. É exatamente para isso que você tem a CFEM como compensação. Colocar imposto seletivo é como se fosse uma bitributação."

"Jamais a mineração foi taxada por imposto seletivo em qualquer lugar do mundo. Não existe isso", diz Jungmann.

A emenda constitucional da **reforma tributária**, promulgada em dezembro, abriu a possibilidade de taxar a exploração de minerais com esse imposto, mas a cobrança depende de regulamentação.

O primeiro projeto de regulamentação da reforma do Ministério da Fazenda prevê tributar a extração de três minerais: petróleo, gás natural e minério de ferro. O texto também destaca que a isenção do seletivo para bens destinados à exportação não se aplica a esses três produtos.

A Secretaria Extraordinária da **Reforma Tributária** tem afirmado que o seletivo tem função regulatória, e não arrecadatória, mas Jungmann destaca que foram escolhidos dois dos três itens que lideram a balança comercial brasileira.

No caso do minério de ferro, mais de 80% é destinado

ao mercado externo. "Isso nos parece uma investida arrecadatória e um tiro nos principais produtos de exportação."

Estudo da consultoria LCA feito a pedido do setor mostra redução de R\$ 736 milhões na exportação, dado o aumento nos preços do minério de ferro com um seletivo no limite de 1% -teto fixado na Constituição. A arrecadação sobre as vendas ao exterior poderia chegar a R\$ 1,5 bilhão.

Para o presidente do Ibram, o custo do seletivo deve superar os ganhos esperados com a desoneração às exportações em relação aos outros dois **tributos** criados pela reforma, que vão substituir outros quatro.

A proposta do governo também prevê que serão atingidos pelo seletivo fumo, bebidas alcoólicas, refrigerantes e veículos com baixa eficiência energética.

benefício do assinante

Você tem 7 acessos por dia para dar de presente. Qualquer pessoa que não é assinante poderá ler.

benefício do assinante

assine ou faça login

Site: <https://www1.folha.uol.com.br/blogs/que-imposto-esse/2024/07/tributar-exportacao-de-minerio-com-imposto-seletivo-e-inconstitucional-diz-ibram.shtml>

Carne terá imposto zero na Reforma Tributária? Veja o que esperar hoje de relatório do grupo de trabalho na Câmara

O grupo de trabalho formado na Câmara dos Deputados para definir a regulamentação da **Reforma Tributária** deve entregar hoje o seu relatório preliminar que vai subsidiar a votação no plenário.

Os deputados do grupo vão finalizar até o início da tarde desta quarta-feira o parecer do projeto de lei que regulamenta as mudanças no sistema de **impostos**. O esboço do relatório será apresentado ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) e discutido em reunião com líderes partidários.

O texto preliminar deve incluir as carnes na cesta básica com tratamento tributário especial, assim como o sal. E ainda incluir carros elétricos e jogos de azar, virtuais ou físicos, no imposto seletivo.

O texto que será apresentado a Lira ainda pode sofrer modificações, caso o presidente ou as lideranças não concordem com a ampliação de produtos nas listas de alíquotas menores ou maiores. Os deputados ainda fizeram modificações de redação na proposta, com o objetivo de deixar a regulamentação mais clara.

Ontem, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva defendeu a inclusão de carnes na cesta básica com alíquota zero. O presidente quer que carnes que façam parte do "dia a dia" do povo não tenham imposto. Enquanto isso, carnes "chiques, importadas", continuariam sendo tributadas.

Técnicos da Fazenda, no entanto, argumentam que é difícil incluir apenas alguns tipos de carnes no projeto e fazem as contas para evitar que a eventual exceção eleve a alíquota geral do novo imposto sobre consumo.

Os parlamentares apostam que, com mais produtos no chamado no imposto seletivo, ou imposto do pecado, será possível baixar a alíquota padrão para uma média de 25%, a partir de 2033, mesmo com a inclusão de mais itens na cesta básica. O imposto seletivo incide sobre produtos considerados prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente.

Antes, o Ministério da Fazenda estimava que a inclusão de proteínas na cesta básica poderia elevar a

taxa de referência para até 27%.

Proteína estava fora

A **Reforma Tributária**, aprovada no Congresso no ano passado, previu imposto zerado para uma série de alimentos. Proteína animal, como carne bovina e frango, no entanto, ficou de fora dessa lista. Esses itens teriam apenas redução do tributo. Para Lula, a isenção pode ser incluída agora que a reforma será regulamentada pelo Congresso. Só após a regulamentação, a nova tributação ou isenção passará a valer.

O primeiro texto da regulamentação da **Reforma Tributária** detalha a implementação do IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) e da CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços). Juntos formam o Imposto sobre Valor Agregado (IVA), que vai unificar cinco **tributos** que incidem sobre o consumo.

O IBS vai reunir o ICMS, imposto estadual, e o ISS, municipal. Já a CBS vai unir PIS, Cofins e IPI, de âmbito federal. As alíquotas de ambos vão somar os 26,5% previstos na regulamentação da reforma.

A Emenda Constitucional que garantiu a mudança no sistema de **impostos** do país foi promulgada no dia 20 de dezembro do ano passado, depois de ser aprovada pela Câmara dos Deputados e pelo Senado.

Simple Nacional

O relatório do projeto que regulamenta a **reforma tributária** vai reduzir a quarentena para que as empresas do Simple, que migrarem para o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) possam voltar para o regime simplificado. Pela proposta original do Executivo o prazo era de 3 anos. Com as mudanças, micro e pequenas empresas poderão retornar no ano subsequente.

Segundo integrantes do grupo de trabalho (GT) que analisa o projeto, a medida atende um pleito do setor empresarial. A reforma não muda o sistema de tributação das empresas que estão enquadradas no Simple, com faturamento de até R\$ 4,8 milhões por

ano.

Também está acertado que as cooperativas não ficarão isentas de imposto.

Fundos de previdência

Representantes dos fundos de **previdência complementar** fechados, como fundos de pensão das estatais e planos de aposentadoria criados por empresa para seus funcionários, tentam deixar essas entidades de fora da taxação. Segundo estimativas do setor, a tributação do setor causará uma perda de 10,92% no benefício que o participante receberá no futuro.

Atualmente, essas entidades recolhem apenas PIS/Cofins na etapa administrativa, ou seja, na gestão dos recursos e ainda assim, essa tributação está sendo questionada no Supremo Tribunal Federal (STF). O principal argumento é que os fundos de **previdência complementar** fechados não visam ao lucro. Ao contrário, de produtos como VGBL e PGBL que são vendidos pelas instituições financeiras.

Os participantes também não pagam imposto de renda na fase de acumulação das reservas, somente na fase do recebimento do benefício, e de forma regressiva, quanto maior o período da aplicação dos recursos, menor a tarifa. As alíquotas variam entre 10% e 35%, de acordo com o tempo da aplicação dos recursos.

O projeto encaminhado pelo governo ao Congresso dá o mesmo tratamento a esses dois tipos de previdência, que passam a ser classificados como serviço financeiro. O pleito de incluir o setor entre aqueles que terão alíquota zero já foi levado pelo setor aos parlamentares do Grupo de Trabalho (GT).

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/07/03/carne-tera-imposto-zero-na-reforma-tributaria-veja-o-que-esperar-hoje-de-relatorio-do-grupo-de-trabalho-na-camara.ghtml>

Isenção para carne na cesta básica "está sendo discutida"

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, demonstrou otimismo com a votação da regulamentação da **reforma tributária** antes do recesso parlamentar. Congressistas têm expectativa de votar os textos na próxima semana.

"Recebemos hoje (ontem) a segunda comissão da regulamentação da tributária, está todo mundo bastante otimista com calendário, com a qualidade do texto, com os aperfeiçoamentos que certamente o Congresso vai apresentar, mas confiantes de que vai ser um texto melhor, do ponto de vista técnico, político e social", afirmou.

Haddad recebeu o grupo de deputados que está dedicado ao projeto de lei que trata do funcionamento do Comitê Gestor previsto na reforma. Encerrada a reunião com os parlamentares, o ministro foi à portaria da Fazenda junto do grupo para falar com a imprensa.

Ele não quis entrar em detalhes sobre as discussões em torno da ampliação de itens da cesta básica que terão isenção, após o presidente Luiz Inácio Lula da Silva falar sobre a inclusão da carne nesse rol novamente. O petista defendeu uma diferenciação no tributo a partir dos tipos de proteína. Questionado, o ministro apenas respondeu que o debate está sendo feito.

"Já mandamos nosso PL ao Congresso, com a cesta básica definida pelo Executivo, com a participação do presidente. Debates estão acontecendo, amanhã (hoje) vai se apresentar os relatórios dos dois grupos para apreciação. Mas a discussão está sendo feita", respondeu.

O titular da Fazenda destacou que o tema da regulamentação da **reforma tributária** é "suprapartidário" e que todos se encaminham para diminuir litigiosidade e fazer com que o consumo popular tenha menos incidência de **impostos**.

Perguntado sobre o calendário para aprovação da regulamentação, Haddad lembrou que a emenda constitucional da reforma, que exigia quórum qualificado, já foi aprovada, e que, portanto, o momento agora é somente de acerto de detalhes - um ambiente mais "tranquilo", na avaliação dele.

Ao lado de Haddad, o líder do governo na Câmara,

José Guimarães (PT-CE), estimou que a regulamentação será aprovada pela Casa com mais de 400 votos, no que foi endossado pelo chefe da equipe econômica.

Lula afirmou que as carnes "que o povo consome" deveriam ser livres de **impostos**, e citou o frango, além de cortes bovinos.

O chefe do Executivo foi questionado sobre a possibilidade de incluir as proteínas de origem animal na cesta básica que receberá isenção.

"Temos carnes chiques, que o cara que consome pode pagar um "impostozinho". E temos a carne que é a carne que o povo consome. Frango, por exemplo, não precisa ter imposto. O frango faz parte do dia dia do povo brasileiro. Então uma carne, um músculo, um acém, tudo isso pode ser evitado", declarou, em entrevista à Rádio Sociedade, na Bahia.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/6155/03-07-2024.html?all=1>

Lula defende que carne do "dia a dia" tenha alíquota zero

ALICE CRAVO E BERNARDO LIMA BRASÍLIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva defendeu ontem a inclusão de carnes na cesta básica com alíquota zero. O presidente quer que carnes que façam parte do "dia a dia" do povo não tenham imposto. Enquanto isso, carnes "chiques, importadas", continuariam sendo tributadas.

- Eu sou favorável. Já conversei isso com (Fernando) Haddad, já conversei isso com (Gabriel) Galípolo (diretor do Banco Central), com o pessoal do Tesouro. Nós temos que fazer uma diferenciação. Você tem vários tipos de carne. Chique, de primeiríssima qualidade, que o cara que consome pode pagar o imposto. E você tem o outro tipo de carne, que é a carne que o povo consome.

Frango, por exemplo, não precisa ter imposto, faz parte do dia a dia do povo brasileiro, ovo. Então, um músculo, acém, coxão mole, tudo isso pode ser evitado.

A **Reforma Tributária**, aprovada no Congresso no ano passado, previu imposto zerado para uma série de alimentos. A proteína animal, como carnes bovina e de frango, no entanto, ficou de fora dessa lista. Esses itens teriam apenas redução do tributo. Para Lula, a isenção pode ser incluída agora que a reforma será regulamentada pelo Congresso. Só após a regulamentação a nova tributação ou isenção passará a valer.

Os deputados do grupo de trabalho que analisa a regulamentação do primeiro texto da **Reforma Tributária** fecharam questão sobre a inclusão das carnes na cesta básica com alíquota zero. Em reunião no domingo, eles concordaram que as proteínas bovinas, de frango e peixe devem ser isentas de imposto.

- Não entro em detalhe porque tem muita gente importante trabalhando nisso. Mas acho que a gente precisa colocar a carne na cesta básica sim, sem que haja imposto. Você pode separar a carne, selecionar, você vai comprar uma coisa importada, chique, tem que pagar imposto. Estou falando do imposto do povo brasileiro, mais humilde, trabalhador, classe média baixa.

Na campanha, Lula prometeu que o povo voltaria a comer picanha e a tomar cerveja.

O primeiro texto da regulamentação da **Reforma Tributária** detalha a implementação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). Juntos, eles formam o Imposto sobre Valor Agregado (IVA), que vai unificar cinco **tributos** que incidem sobre o consumo.

O IBS vai reunir o ICMS, imposto estadual, e o ISS, municipal. Já a CBS vai unir PIS, Cofins e IPI, de âmbito federal. As alíquotas de ambos vão somar os 26,5% previstos na regulamentação da reforma.

A alíquota poderá ser maior ou menor, de acordo com as exceções e regimes especiais. O texto atual prevê que as carnes tenham desconto no imposto de 60%. O que o grupo de deputados defende, e que foi endossado por Lula, é que a alíquota seja zerada.

Para compensar a isenção, deputados avaliam ampliar a lista do Imposto Seletivo, que terá alíquota maior que padrão. Será o caso de cigarro e refrigerante, por exemplo.

"Nós temos que fazer uma diferenciação. Você tem vários tipos de carne. Chique, de primeiríssima qualidade, que o cara que consome pode pagar o imposto. E você tem o outro tipo de carne, que é a carne que o povo consome" Luiz Inácio Lula da Silva, presidente da República

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Lula sobre dólar: "Tenho de fazer alguma coisa"

» VICTOR CORREIA » RAFAELA GONÇALVES »
ROSANA HESSEL

Em reação à disparada do dólar, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva convocou uma reunião para hoje, no Palácio do Planalto, onde vai debater medidas para frear o câmbio. Na avaliação dele, a elevação da moeda americana não está ligada a suas críticas ao Banco Central, mas, sim, a um "jogo de interesse especulativo contra o real".

"Tenho conversado com pessoas para ver o que a gente vai fazer. Estou voltando quarta-feira e vou ter uma reunião. Não é normal o que está acontecendo", afirmou Lula, em entrevista à Rádio Sociedade, em Salvador.

Questionado sobre as medidas que pode adotar, desviou. "Tenho de fazer alguma coisa, mas não posso falar, porque estaria alertando os meus adversários." Nas últimas semanas, Lula tem criticado insistentemente a política monetária e o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, acusado por ele de ter um viés político que prejudica o desenvolvimento econômico do país. O chefe da autoridade monetária rebateu o petista, enfatizando que as decisões do banco são técnicas, não políticas (leia reportagem ao lado).

As declarações de Lula vêm pressionando o dólar, já influenciado pelo cenário externo. Ontem, após novas críticas do presidente, a moeda chegou a atingir o patamar de R\$ 5,70, mas fechou em R\$ 5,667 - avanço de 0,20%.

"É um absurdo. Obviamente que me preocupa essa subida do dólar. É uma especulação.

Há um jogo de interesse especulativo contra o real", enfatizou.

Ele disse não acreditar que as altas da moeda americana sejam causadas por suas declarações.

E retomou os ataques a Campos Neto. "O que não dá é você ter alguém comandando o Banco Central com viés político.

Definitivamente, eu acho que ele tem viés político. Agora, não posso fazer nada. Ele tem um mandato.

Tenho que esperar ele terminar o mandato e indicar alguém", destacou.

O presidente disse ainda ser a favor de um Banco Central independente, mas frisou que a autarquia "não pode estar a serviço do sistema financeiro e do mercado".

Operadores do mercado financeiro apontam que, no cenário interno, as falas de Lula causam instabilidade e temor nos investidores. A preocupação é que o governo mantenha um alto patamar de gastos, sem o devido controle fiscal - apesar de todas as sinalizações concretas para a economia serem positivas.

Analistas apontam que, se o dólar ficar acima dos R\$ 5,50, o governo pode não atingir a meta da **inflação** para este ano, de até 4,5%. Segundo estimativa do economista-chefe da JF Trust Gestora de Recursos, Eduardo Velho, esse valor pode chegar a 5,5% com a alta da moeda americana.

"Difícilmente o dólar vai recuar para menos desse patamar se Lula não parar de afirmar que terá um presidente no BC com outro perfil de gestão de juros em 2025", alertou o especialista ao Blog da Rosana Hessel.

Já o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que a reunião de hoje terá como foco o cumprimento da agenda fiscal e do arcabouço em 2024, 2025 e 2026. Ele reforçou a necessidade de o governo - especialmente Lula - ajustar as sinalizações que dá aos investidores. Compartilha, no entanto, a estranheza do chefe do Executivo com a alta no câmbio.

"Acredito que o melhor a fazer é acertar a comunicação, tanto em relação à autonomia do Banco Central quanto em relação ao arcabouço fiscal.

Não vejo nada fora disso. É isso que vai tranquilizar as pessoas", justificou. "O presidente está preocupado. Hoje, ele elogiou a Câmara, o fiscal, a autonomia do Banco Central, e é nessa linha que vamos despachar com ele amanhã (hoje)." Haddad negou a possibilidade de redução no Imposto Sobre Operações Financeiras (IOF) e disse que o governo se concentra na agenda fiscal.

Gustavo Franco Ex-presidente do BC e um dos pais do Plano Real, Gustavo Franco ressaltou que as críticas de Lula a Campos Neto são "perda de tempo".

"Agora que o presidente da República não pode demitir o chefe do Banco Central, parece que ele se sente estimulado a ficar falando publicamente desse assunto. O que é uma perda de tempo", disse ao Correio.

Franco lembrou que, em outros países que têm esse mesmo tipo de arranjo, "os presidentes se controlam porque não têm ganho nenhum". "Daqui a pouco cansa, fica rouco, cria um tanto de excitação no mercado de câmbio e, aí, o câmbio fica mais caro, muita gente ganha ou perde dinheiro, ou seja, a manifestação do presidente é descabida, sim."

-

Campos Neto cita "ruídos"

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, disse, ontem, que a interrupção dos cortes de juros se deve mais a "ruídos" do que a fundamentos econômicos. Entre esses ruídos que afetam a economia, ele citou as incertezas sobre a autonomia do BC com a sucessão no comando da autoridade monetária (o mandato de Campos termina em dezembro) e o risco fiscal.

O chefe do BC brasileiro - que participou de um painel em fórum realizado pelo Banco Central Europeu (BCE), em Portugal - voltou a afirmar que faz um trabalho técnico.

Ele destacou que a autoridade monetária, sob o seu comando, fez o maior aumento de juros em um ano eleitoral da história do mundo emergente. Aumentou a Selic de 2%, no início de 2021, para 13,75% em agosto de 2022. Nesse intervalo, a **inflação** acumulada em 12 meses saiu de 4,56%, em janeiro de 2021, para um pico de 12,13% em abril de 2022. Ao fim daquele ano, a Selic estava em 13,75%, e a **inflação**, em 5,79%. Hoje, a Selic está em 10,50% ao ano.

Segundo Campos Neto, o aumento da taxa entre 2021 e 2022 é "prova viva" de que o trabalho do BC foi técnico. "Se isso não é uma prova de que você é independente, e agiu com autonomia, é difícil encontrar outro exemplo como esse", argumentou.

Ele lembrou ainda que a decisão de junho do Comitê de Política Monetária (Copom) foi unânime, mesmo com quatro membros indicados pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, mostrando

coesão.

"Acho que a história e o tempo vão mostrar que o trabalho foi feito da melhor forma que podíamos com os dados que tínhamos, e que foi feito da forma mais técnica", frisou.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/6155/03-07-2024.html?all=1>

Sem Plano Real, Brasil atual não existiria (Artigo)

» **AÉCIO NEVES** Deputado federal, presidente do Instituto Teotônio Vilela, ex-governador de Minas Gerais

É muito raro uma política pública entrar para a história de um país a ponto de ser comemorada 30 anos após a sua adoção.

O Plano Real conseguiu. Seu reconhecimento se deve ao fato de ter devolvido aos brasileiros a capacidade de planejar o futuro, superando décadas de um processo hiperinflacionário que sempre penalizou mais os mais pobres.

O plano completa três décadas. Aquela foi a oitava tentativa de estabilização econômica desde o fim do regime militar, recebida com enorme expectativa e esperança pela população - cansada de conviver com preços que chegaram a dobrar de um mês para outro - e a desconfiança costumeira dos que eram então oposição: o PT votou reiteradamente contra a medida provisória de criação da nova moeda.

O real foi muito mais que um plano de estabilização econômica. Foi um programa de modernização do país. O Brasil que temos hoje é tributário das enormes transformações econômicas, sociais e institucionais ali iniciadas.

Para tanto, foi central e crucial a liderança do então ministro da Fazenda e depois presidente da República, Fernando Henrique Cardoso.

Sem ele, o país não teria conseguido.

Mas é fundamental registrar também a participação do então presidente Itamar Franco nesse processo. Sua coragem pessoal e a responsabilidade com o país permitiram que ele tomasse decisões que contribuíram para mudar a história do Brasil.

Como parte relevante da população brasileira atual não viveu aqueles infortúnios, por ser então muito jovem ou nem ter nascido, é bom lembrar o que era o Brasil de 30 anos atrás. Até aquele ano de 1994, os brasileiros haviam se acostumado a uma rotina em que o salário chegava ao fim do mês valendo uma ínfima fração do que valia quando era pago.

No ano anterior, a **inflação** brasileira chegara a 2.477%. No último mês de vigência da antiga moeda,

o cruzeiro real, que circulara durante menos de um ano, o índice geral de preços havia batido em 47%, o que, atualizado, equivaleria a 10.420%. Na média, a carestia havia sido de 16% ao mês desde 1980. Só países como Congo, em guerra civil, Rússia e Ucrânia, saídos da ruína soviética, tinham situação tão ruim quanto a nossa. Definitivamente, não dava para viver assim.

Quatro anos depois do início da vigência do plano, a **inflação** brasileira caíra a 1,6%, menor patamar da história. Quem mais foi beneficiado foram os mais pobres. Na hiperinflação, a indexação e a correção monetária garantiam proteção ao dinheiro dos que tinham acesso ao sistema financeiro. Mas, na outra ponta, corroía o poder de compra dos salários de quem sequer tinha conta em banco.

À estabilização, o governo do presidente Fernando Henrique somou uma série de medidas destinadas a redesenhar o Estado brasileiro.

Havia liderança, havia firmeza, transparência e honestidade de propósitos. O plano foi, pois, o pontapé inicial - e, claro, indispensável - de uma verdadeira revolução destinada a reduzir a desigualdade social e a ampliar o potencial de crescimento da nossa economia - objetivos, infelizmente, até hoje ainda não atingidos.

Vieram, em seguida, as renegociações de dívidas estaduais e municipais, as privatizações, o fim de bancos públicos estaduais que funcionavam como fonte de financiamento de governos perdulários, e, finalmente, a adoção dos princípios de responsabilidade fiscal, por meio da Lei nº 101/2000, que, com o regime de metas de **inflação** e câmbio flutuante, constituiu daí em diante o sustentáculo da economia brasileira.

Relembrar o Plano Real é crucial para iluminar um passado para o qual não podemos correr risco de retroceder: o do descontrole absoluto dos preços que existiu no país até 1994. Combater a **inflação** parece um preceito econômico por demais evidente, mas não são poucos os que teimam em querer desafiá-lo, sob os mais espúrios argumentos e inconfessáveis objetivos.

O real é uma peça de resistência. Sobreviveu a

governos que levaram o país para rumos errados e fizeram de tudo para arruinar a estabilidade da nossa moeda. O trunfo do plano foi sempre o apoio da própria população, que reconhece nele a maior conquista da nossa história recente.

O real é fruto de um governo, de um líder e de uma equipe dotados de verdadeiro espírito público, devotados a mudar o país e a promover o que toda política pública séria deve perseguir: a melhoria da vida das pessoas. São ativos cada vez mais raros no Brasil de hoje, preso a interesses menores, visões de curto prazo e governos de deplorável esterilidade de boas ideias.

As ações promovidas àquela época, no governo do PSDB, inauguraram uma era de reformas que transformou o Brasil num país muito melhor. Esse ciclo, no entanto, não teve continuidade. O que agora precisamos é de uma nova rodada de mudanças estruturais para retomar o caminho do desenvolvimento do qual o país se desvirtuou.

» AÉCIO NEVES Deputado federal, presidente do Instituto Teotônio Vilela, ex-governador de Minas Gerais

Site:

<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/imprensa/6155/03-07-2024.html?all=1>

Tebet diz que indicará opções de corte "inteligentes"

LUIZ ARAÚJO/BRASÍLIA

A ministra do Planejamento, Simone Tebet, disse ontem que tem condições de apresentar até a semana que vem uma primeira proposta de ajustes de gastos para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. "O que o ministério vai fazer é apresentar alternativas inteligentes, equilibradas, que vão ao encontro da vontade política. Ninguém vai apresentar projeto inconstitucional", disse ela, ao citar como exemplo o debate da desvinculação do salário mínimo das aposentadorias.

"Quanto mais receita entrar, mais consigo chegar ao cumprimento da meta", afirmou. Segundo a ministra, enquanto benefícios previdenciários e trabalhistas apresentaram crescimento vegetativo, gastos com renúncias fiscais, "que representavam cerca de 2% do **PIB** brasileiro, saltaram para 4%, e agora estão em 6%", disse, ao defender revisões.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Indicador de risco Brasil acumula alta de 30% em 2024

(Paulo Renato Nepomuceno e Luana Reis)

Outro indicador que vem apontando a deterioração do cenário econômico do país é o chamado risco Brasil, que funciona como um termômetro da confiança dos investidores em relação à economia brasileira. O credit default swap (CDS) de cinco anos, contrato que equivale a um seguro contra eventual calote do país, saiu de 132 pontos-base no último dia de 2023 para 170 pontos ontem, uma alta de quase 30%.

Esse avanço sinaliza um maior temor dos agentes de mercado em relação ao cenário local. É o maior patamar desde novembro do ano passado. Só em junho, depois de o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ter intensificado suas críticas ao presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, o risco Brasil saltou 20,5%.

Luan Arai, especialista em dólar da Genial Investimentos, considera pouco provável, no entanto, que o Banco Central intervenha no câmbio neste momento: - O papel do Banco Central frente ao câmbio é conter uma disfunção, o que eu não vejo neste momento, porque o câmbio tá precificando o risco Brasil. E se o BC atuar agora, ele vai estar mostrando "o patamar é esse, e acima disso eu atuo", então o mercado iria começar a testar (esse patamar de intervenção).

Para Marcos Caruso, economista-chefe do PicPay, os ataques de Lula e as declarações de que o presidente do BC precisa estar alinhado ao governo demonstram ao investidor estrangeiro que o juro brasileiro pode não compensar mais o risco de se investir no Brasil, levando a uma fuga de dólares: - Quando há frases que colocam dúvida a vai idade do BC independente, você põe em dúvida essa âncora. Você perde um pouco de relevância dos fundamentos e vira uma "mesa de bar", onde vale tudo, não se respeita meta de **inflação**. Isso se reflete nos ativos, como o câmbio.

Os estrangeiros já sacaram da Bolsa brasileira, a B3, este ano mais de R\$ 40 bilhões, até o fim de junho.

Caruso avalia que o BC está monitorando de perto a escalada do dólar para decidir se atua ou não no mercado de câmbio: - Se a desvalorização for muito alta, se tem cara e cheiro de ser movimento descolado de fundamentos, não faz.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Dólar vai a R\$ 5,70, mas mercado não espera intervenção do BC

Arthur Cagliari, Gabriel Caldeira, Gabriel Roca e Victor Rezende De São Paulo

Diante da ausência de sinais de que o governo tem pressa para corrigir o rumo das contas públicas e em meio ao ambiente conflituoso entre o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e o Banco Central, a volatilidade voltou a dar o tom nos negócios ontem. O dólar alcançou a marca dos R\$ 5,70 nas máximas do dia, um nível que fez crescer, tanto no meio político quanto no próprio mercado financeiro, o debate sobre a necessidade de uma intervenção da autoridade monetária no mercado de câmbio.

O dólar comercial fechou em alta de 0,22%, a R\$ 5,6652, após ter marcado R\$ 5,7007 nos maiores patamares da sessão. Já o euro comercial subiu 0,28%, cotado a R\$ 6,0875. Vale apontar que, mesmo com algum alívio no fim do dia, o real anotou um dos piores desempenhos do dia ante o dólar no ranking das 33 moedas mais líquidas acompanhadas pelo Valor.

O dia foi novamente marcado pelos ataques de Lula à condução da política monetária. Em entrevista à Rádio Sociedade, em Salvador, o presidente disse estar preocupado com a escalada do dólar e afirmou que o real sofre com um "jogo de interesse especulativo".

As críticas ao Banco Central foram replicadas por outras figuras ligadas ao governo, como a presidente do Partido dos Trabalhadores, Gleisi Hoffmann. Assim, aumentou o sentimento de cautela, entre os participantes do mercado, sobre medidas alternativas que o governo poderia adotar para conter a depreciação do real.

Segundo o sócio e diretor de investimentos da Armor Capital, Alfredo Menezes, o estresse do câmbio foi provocado pelo temor com a possibilidade de mudança no Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), após Lula afirmar que o governo tem que fazer "alguma coisa" sobre a "especulação" que afeta o real. "Bateu R\$ 5,70 com medo do que o governo poderia fazer para conter o câmbio", diz Menezes.

Ele aponta, por outro lado, que o nível de R\$ 5,70 parece muito elevado, fato que abriu espaço para um movimento de realização no fim da tarde. "Houve um 'overshoot' [movimento exagerado de desvalorização]

da moeda brasileira. Trabalhamos com um câmbio de equilíbrio de R\$ 5,40, e R\$ 5,70 foi muito exagerado", diz Menezes.

Apesar do nível alto do dólar, o profissional não espera um alívio mais amplo no curto prazo, o que deve obrigar o BC a retomar o aperto de juros no ano que vem para conter o efeito inflacionário de um real depreciado.

O tema da intervenção cambial por parte do Banco Central (BC) esteve bastante presente na sessão de ontem. No fim da tarde, rumores de que a autoridade monetária teria entrado em contato com tesourarias de instituições financeiras sobre o assunto circularam nas mesas de operação e chegaram a afetar a dinâmica dos ativos.

Ainda que seja praxe a consulta do BC às mesas de operações em dias de oscilação significativa da taxa de câmbio, o evento não ocorreu na sessão de ontem. O Valor consultou tesourarias de diversas instituições financeiras para confirmar se houve algum contato extraordinário, mas todas negaram.

Segundo o diretor de mercado de capitais do Scotiabank Brasil, Hiroshi Ogawa, ao se observar a inclinação das curvas de juros de cinco anos do Brasil e dos Estados Unidos e também o desempenho do câmbio brasileiro, é possível perceber uma correlação que foi quebrada, indicando que o patamar de R\$ 5,70 é exagerado. "A meu ver, é um sinal de que há um deslocamento da moeda brasileira. Observando essa correlação, o câmbio deveria estar mais próximo de R\$ 5,40 por dólar", diz.

O executivo diz não enxergar piora sequencial no cenário doméstico para explicar a recente depreciação da moeda brasileira. Em sua leitura, resquícios do efeito de sazonalidade podem estar pesando para o real. "Pode ter um rescaldo desse movimento típico de fim de semestre, algo inercial mesmo. Creio que temos que esperar uma ou duas semanas para ter mais clareza disso", diz.

Ogawa afirma ainda que o início do período de verão no Hemisfério Norte pode ser um empecilho para o retorno do investidor estrangeiro. "Eles zeram a posição porque vão sair em férias e não querem ter exposição em mercado com marcação ruim; querem

evitar risco desnecessário", aponta.

Ainda que o debate sobre uma possível intervenção no câmbio por parte do BC tenha ganhado corpo ontem, o executivo diz não ver necessidade de uma ingerência neste momento. "Enquanto a incerteza fiscal estiver aumentando e a curva de juros estiver refletindo essa incerteza, acho que o BC não vai fazer nenhuma intervenção", diz. "Se fosse só o câmbio isoladamente, acho que não teria problema de fazer ajuste diante de uma anormalidade, mas não está faltando dólar no mercado, então o BC vai esperar o mercado equilibrar." O diretor da Armor também se mostrou cético quanto à possibilidade de uma intervenção do BC. Segundo ele, o mercado não se mostrou disfuncional, mas, sim, precificou um real que perde a paridade com moedas como o peso mexicano. "Tenho muita dúvida se [o BC] deveria intervir porque você acaba quebrando um termômetro que o mercado está dando sobre o fiscal", avalia.

Tesoureiros de grandes instituições financeiras consultados pelo Valor também descartaram, em condição de anonimato, qualquer necessidade de uma intervenção no câmbio neste momento. "Se o BC não tiver clareza maior do que o governo vai fazer em relação a contingenciamento e bloqueio de recursos, pode ser um dólar mal gasto", diz. Esta fonte afirma ainda que a volatilidade relativamente contida do câmbio também não justifica uma interferência. "Apesar de o dólar estar subindo bastante, há liquidez no mercado e o dólar casado [que negocia o diferencial de taxas entre os mercados futuro e à vista] está comportado também." Para o chefe de tesouraria de outro banco, o primeiro movimento deveria vir do governo. "Seria muito ruim a intervenção sem uma mudança de postura do governo", diz. Outro profissional ressalta que é cedo para uma atuação do BC, mas diz não ser um cenário improvável. "O mercado está exagerando, mas ainda é cedo para uma intervenção. Uma atuação agora pode espirrar nos juros, piorar a curva. Não tem uma correria por dólar que justifique. Por enquanto só deu margem para a discussão." Vale apontar que, tanto o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, quanto o diretor de política monetária, Gabriel Galípolo, têm se posicionado de forma contrária às intervenções no câmbio. Segundo eles, a moeda seive como uma âncora para absorver choques externos e uma medida para conter os preços provocaria uma corrida de agentes para buscar proteção em outros ativos, como os juros de longo prazo.

Em meio aos temores de que o Copom precise retomar as altas da Selic no curto prazo devido à piora do câmbio, declarações de Campos Neto em um evento promovido pelo Banco Central Europeu (BCE), em Portugal, trouxeram algum alívio aos participantes

do mercado. O dirigente da autoridade monetária afirmou que está confiante de que a **inflação** do Brasil daqui a um ano será menor do que aquela que o mercado espera atualmente.

Segundo o profissional de estratégia da tesouraria de uma grande instituição financeira, a fala "foi bem forte". "Ele quis deixar bem claro que o cenário-base é não subir os juros. A barra está alta e eles vão tentar acomodar o máximo possível. Vão comprar tempo para ver se o governo se mexer", avalia.

As declarações também contribuíram para a queda dos juros futuros ontem. O DI para janeiro de 2026 recuou de 11,775% para 11,665%.

"Tenho dúvida se [o BC] deveria intervir porque acaba quebrando um termômetro que está dando sobre o fiscal" Alfredo Menezes

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187918?>

Ibovespa se descola parcialmente de ativos locais

Matheus Prado e Maria Fernanda Salinet De São Paulo

Em que pese o cenário de aversão a riscos que avança nos mercados locais, com ruídos políticos provocando altas sequenciais do dólar e dos juros futuros, o Ibovespa tem mantido algum nível de resiliência, diante de uma volta, ainda tímida, do investidor estrangeiro e com empresas exportadoras e defensivas em alta.

Ontem, o índice teve leve alta de 0,06%, aos 124.787 pontos. Desde 17 de junho, quando registrou sua mínima anual, aos 119.138 pontos, o referencial já subiu 4,74%.

Em janela semelhante, entre 14 e 28 de junho, os estrangeiros aportaram R\$ 3,08 bilhões no mercado secundário à vista da B3 e outros R\$ 3,54 bilhões no futuro. Mas, por conta do início de mês forte em vendas, o saldo em junho foi negativo em R\$4,23 bilhões. No ano, o déficit é de R\$ 40,12 bilhões. O grupo retirou recursos da bolsa em todos os seis primeiros meses do ano, algo que não ocorria desde 2020, quando sacou por oito meses seguidos: de outubro de 2019 a maio do ano seguinte.

"Desde a última decisão do Copom, que trouxe sinalização de alinhamento, o investidor estrangeiro voltou a aportar na B3, e isso tem ajudado. Ademais, como o real não para de se desvalorizar, a bolsa tem ficado cada vez mais barata em dólares. Como está atrativo, o não residente vai comprando um pouco. Não fosse por eles, o nível de preços seria outro. A composição do índice, com forte participação de commodities, também ajuda", afirma Lucas Tambellini, sócio da Sumauma Capital.

Assim, segundo dados do Itaú BBA, Petrobras ON e PN, JBS ON, WEG ON e BRF ON lideraram os ganhos do índice no segundo trimestre. Na outra ponta, Eletrobras, Localiza, B3 e Itaú foram os maiores detratores, cada um retirando mais de 500 pontos do referencial no período. Em termos de variação de preços, os piores desempenhos concentraram-se mais nas ações cíclicas domésticas.

Tambellini opina ainda que, apesar dos ganhos recentes, a recuperação da bolsa é frágil. "Se os ruídos internos continuarem e tivermos piora no exterior, podemos voltar a sofrer. A verdade é que não

subimos de 120 mil pontos para 125 mil pontos por bons motivos", diz. "Ainda temos muitas ações domésticas de qualidade que acumulam quedas relevantes no ano, mas a carteira tem que ser mais equilibrada com commodities e bancos no momento." Em condição de anonimato, outro gestor afirma que, mesmo entre as empresas cíclicas domésticas, que não possuem gatilho macro, "há papéis de qualidade com "valuation" demasiadamente descontados, sem muito espaço para cair mais". "A não ser que o cenário doméstico realmente mude, com queda de **PIB**, descontrole da **inflação**, fuga de capital", diz.

Na visão da Ativa, como o cenário local não ajuda e existem dúvidas sobre a contribuição chinesa para a economia global, a bolsa segue altamente dependente dos dados da economia americana e de uma confirmação ou frustração da expectativa do mercado quanto ao início do ciclo de cortes de juros pelo Federal Reserve (Fed, banco central americano).

"O resumo do nosso cenário segue composto por: fluxo estrangeiro que pode vir com o ciclo de corte de juros nos EUA ainda muito dependente de dados de **inflação** e mercado de trabalho; queda da Selic deve parar em patamar acima do projetado; cenário político local piorando, trazendo incertezas quanto ao fiscal; "valuation" das empresas em níveis atrativos, validado após a temporada de resultados, gerando revisões altistas de lucros."

4,74% é a alta acumulada pelo índice nos últimos 12 pregões

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187918?>

Dólar segue em escalada e fecha a R\$ 5,66

São Paulo - Após tocar R\$ 5,70, o dólar à vista perdeu fôlego na última hora de negócios e encerrou o dia ontem cotado a R\$ 5,6648, avanço de 0,2%. Foi a terceira sessão seguida de alta da divisa, que já acumula valorização de 1,37% nos dois primeiros pregões de julho e de 16,72% no ano. O real é a moeda que mais perde em relação ao dólar em 2024. O noticiário ontem também ressaltava que o Banco Central teria consultado tesourarias para intervenção no câmbio com oferta de swaps ou até moeda à vista. Ao mesmo tempo, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, descartou a possibilidade de reduzir o Imposto Sobre Operações Financeiras (IOF) sobre o câmbio para conter a alta da divisa. Para hoje o presidente Lula pediu uma reunião que discutirá o tema.

A divisa já encostava nos R\$ 5,70 enquanto os investidores ainda repercutiam as mais recentes críticas de Lula ao Banco Central, em especial à direção da instituição. O presidente voltou a atribuir a elevação do dólar "a uma especulação contra o real", após a moeda norte-americana ter iniciado a semana valendo R\$ 5,65 no fechamento do pregão de segunda-feira, o que foi a maior cotação desde 10 de janeiro de 2022. Lula agendou para hoje uma reunião em Brasília para discutir a suposta especulação contra o real, que seria responsável pela elevação do dólar. "É um absurdo. Obviamente me preocupa essa subida do dólar. É especulação. Há um jogo de interesse especulativo contra o real", reiterou o presidente.

Analistas fazem uma outra avaliação e afirmam que o desempenho do câmbio tem sido reflexo do discurso de Lula nas últimas semanas, com críticas à manutenção da taxa de juros Selic em 10,5%. Lula argumenta que o índice poderia ser menor, já que a **inflação** está abaixo de 4% no acumulado de 12 meses. O aumento de juros feito pelo Banco Central é geralmente relacionado a controle de preços. As declarações do presidente teriam levado insegurança aos investidores, que se afastam de negócios de maior risco como ações e compram moeda. A maior procura, entre outros fatores, aumenta a cotação do dólar, o que conseqüentemente desvaloriza o real.

As máximas do dólar no início da tarde coincidiram com declarações da presidente do PT, Gleisi Hoffmann. No X (antigo Twitter), Gleisi afirmou que "o bolsonarista Campos Neto" estaria aplaudindo um suposto ataque especulativo ao real "que ele mesmo desencadeou" ao falar de questões fiscais. "Mais um dia de ataque especulativo ao real e o BC segue de

braços cruzados, sem fazer as operações de compra e swap necessárias nesse momento. Irresponsáveis", escreveu Gleisi. Campos Neto, por sua vez, em um fórum realizado pelo Banco Central Europeu, disse que a decisão do Comitê de Política Monetária de interromper o ciclo de queda da Selic foi motivada mais por ruídos do que por fundamentos econômicos. Citou incertezas relacionadas à sucessão no Banco Central, o que mexe com as expectativas para as políticas monetária e fiscal.

ANÁLISES

No período de um mês o dólar subiu 7,32%. Em 2024 a alta é de 16,72%. No início de junho, a moeda estava cotada a R\$ 5,23 e foi subindo a cada fala de Lula sobre Roberto Campos Neto, autonomia do Banco Central e gastos públicos. O presidente dizia não haver necessidade de cortar despesas.

O real apresenta o pior desempenho entre seus pares latino-americanos. Na segunda-feira, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, previa que o patamar do câmbio deveria se acomodar e que a situação do dólar se reverteria à medida que os processos de decisão sobre gastos do governo fossem concluídos.

Site:

<https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/?edicao=11131>

Real: 30 anos do plano que transformou o Brasil (Artigo)

JOSÉ MARIA PHILOMENO

JOSÉ MARIA PHILOMENO ADVOGADO E ECONOMISTA

Em 1º de julho de 1994 nossa atual moeda, o REAL, foi lançada. Era o início da 2ª fase de um meticuloso e extremamente bem formulado, articulado e executado plano econômico, buscando eliminar a hiperinflação crônica que devastava o país há mais de 30 anos.

A hiperinflação fazia com que o índice anual ultrapassasse os 2.500%. População era obrigada a gastar rápido os seus salários antes que os produtos fossem remarcados já nas gôndolas dos supermercados. Em 1992, no início do governo de Itamar Franco, o Brasil registrava uma **inflação** superior a 2.000% ao ano. As remarcações de preços de produtos básicos eram diárias - quando não aconteciam mais de uma vez ao dia.

Governos anteriores haviam lançado um punhado de planos econômicos frustrados, incluindo o rumoroso Plano Collor, que chegou a confiscar o dinheiro da poupança dos brasileiros e forçar um congelamento nos preços para controlar os índices. Tudo havia dado errado, até chegar o Plano Real, que trouxe, de forma sustentável e duradoura a estabilidade monetária, eliminando o caos inflacionário.

A primeira fase da reforma monetária do Plano Real ocorreu em 28 de fevereiro de 1994, quando o governo enviou ao Congresso Nacional a medida provisória para a criação de uma segunda moeda, a Unidade Real de Valor (URV), que antecedeu o real e tinha paridade com o dólar. Fato do câmbio não flutuar muito no primeiro ano foi fundamental, já que o sucesso do plano dependia da credibilidade de estar ancorado em uma moeda forte.

A economista Selene Peres Nunes, uma das autoras da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), recorda que o Plano Real foi, além de inovador, capaz de baixar a hiperinflação para valores abaixo de 10% ao ano. "Acho que foi um plano muito inovador, lembrando que nós tínhamos tentado cinco congelamentos antes, sem sucesso. Então, foram vários planos e tudo sem sucesso. A equipe conseguiu fazer a entrega que foi a **inflação** sob controle. E isso teve consequências expressivas para o setor público e para o setor

privado, além do cidadão, de modo geral".

Na avaliação de Bacha, o Plano Real foi bem-sucedido no propósito básico dele. "O acerto foi que acabou com a **inflação**. Era a isso que ele se propunha", frisa. "Durante quatro anos, ele segurou a **inflação** na base da âncora cambial. E, em 1999, foi introduzido o tripé econômico que está aí, em pé até hoje. Ele só fraquejou durante algum tempo quando a ex-presidente Dilma Rousseff (PT) e seus assessores inventaram a Nova Matriz Macroeconômica, que, basicamente, era uma licença para gastar, e ocultando o resultado com pedaladas e controlando a **inflação** com o controle de preços de energia e petróleo".

O Plano Real deixou como legado o fim da hiperinflação, o que permitiu uma normalização da vida dos brasileiros. Com uma moeda estável, empresários e consumidores podem planejar seus dispêndios sem a imprevisibilidade causada pela variação constante de preços.

Desenhado por uma equipe econômica composta por nomes, como Fernando Henrique Cardoso, Pêrsio Arida, Edmar Bacha, Gustavo Franco, Pedro Malan e André Lara Resende, o novo plano pôs fim à crise inflacionária e deixou a catástrofe de preços na memória.

Site: <https://oestadoce.com.br/digital/03-07-2024-edicao-24863/>